



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS FORTALEZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**O ESTÁGIO EM UMA ABORDAGEM DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO
EDUCATIVO NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO(A) TÉCNICO(A) EM
HOSPEDAGEM**

DANYELLE DE LIMA TEIXEIRA

FORTALEZA

2023

DANYELLE DE LIMA TEIXEIRA

O ESTÁGIO EM UMA ABORDAGEM DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO
EDUCATIVO NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO(A) TÉCNICO(A) EM HOSPEDAGEM

Dissertação apresentada à Coordenação do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Área de concentração: Educação profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves de Aquino.

Coorientador: Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- T266e Teixeira, Danyelle de Lima.
O Estágio em uma Abordagem do Trabalho como Princípio Educativo na Formação Integral do Técnico em Hospedagem / Danyelle de Lima Teixeira. - 2023.
78 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Francisco José Aquino.
Coorientação: Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho.
1. Estágio Curricular . 2. Ensino Médio Integrado. 3. Trabalho como Princípio Educativo. 4. Técnico em Hospedagem . I. Título.

CDD 378.013

DANYELLE DE LIMA TEIXEIRA

O ESTÁGIO EM UMA ABORDAGEM DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO
EDUCATIVO NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO(A) TÉCNICO(A) EM HOSPEDAGEM

Dissertação apresentada à Coordenação do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Área de concentração: Educação profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Alves de Aquino.

Coorientador: Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho

Aprovada em: 10/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco José Alves de Aquino (Orientador)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho (Coorientador)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof^a. Kaé Stoll Colvero
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela coragem, perseverança e bênçãos a mim concedidas e que me fizeram vencer todos os desafios.

Ao prof. Dr. Francisco José Alves de Aquino, pela paciência e orientação, e ao prof. Dr. Samuel Brasileiro Filho, pela valiosa coorientação.

Aos meus pais, Epitácio Teixeira e Francisca Nogueira, por todo o auxílio que me deram ao longo da vida, bem como às minhas irmãs, que me auxiliaram no percurso da minha vida acadêmica.

Aos colegas e a todos os professores da turma IV ProfEPT, campus Fortaleza, que foram sustentáculos neste caminho acadêmico.

Aos(às) professores(as) orientadores(as), coordenadores(as) de curso e estudantes egressos(as), sujeitos deste estudo, que gentilmente aceitaram participar da pesquisa, disponibilizando seu tempo e compartilhando suas experiências.

Agradeço também aos(às) amigos(as) e professores(as) da Unilab, pela parceria no decorrer dessa jornada acadêmica.

“Recomeça... Se puderes, sem angústia e sem pressa. E os passos que deres, Nesse caminho duro do futuro, dá-os em liberdade. Enquanto não alcances, Não descanses. De nenhum fruto queiras só metade. E, nunca saciado, vai colhendo ilusões sucessivas no pomar. E vendo acordado, o logro da aventura. És homem, não te esqueças! Só é tua a loucura onde, com lucidez, te reconheças”

(Miguel Torga em Diário XIII)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre as implicações do estágio curricular para a formação integral do técnico em hospedagem, à luz do trabalho como princípio educativo. Para o alcance do objetivo proposto, foi realizado um estudo de caso em 02 (duas) escolas profissionalizantes da rede de ensino estadual profissional do Ceará, localizadas no município de Fortaleza-Ce, que contou com a participação de alunos(as) egressos(as), coordenadores de curso e professores orientadores de estágio do curso técnico de nível médio em hospedagem integrado ao ensino médio. Utilizou-se o método de abordagem qualitativa, sendo este estudo classificado, ainda, como exploratório e descritivo. Para a coleta de dados, foi utilizada a aplicação de um questionário aos(as) egressos(as) e de uma entrevista para os coordenadores e professores orientadores. A pesquisa possibilitou a identificação do processo de estágio curricular e a compreensão dos(as) estudantes egressos sobre ele, além de suas dificuldades e entendimento acerca das bases conceituais do Ensino Médio Integrado (EMI). Conclui-se que existem lacunas para que o estágio, dentro da abordagem do trabalho como princípio educativo, possa contribuir para a formação integral do técnico em hospedagem. A premissa do trabalho como princípio educativo precisa ser de fato contextualizada e implementada para além das indicações nas normativas. Identifica-se que muitos são os desafios que partem tanto do próprio sistema de produção quanto do projeto pedagógico proposto. Foi produzido um e-book sobre o estágio supervisionado na formação integral do técnico em hospedagem, como produto educacional fruto da pesquisa.

Palavras-chave: Estágio Curricular; Ensino Médio Integrado; Trabalho como Princípio Educativo; Técnico em Hospedagem.

ABSTRACT

This research aims to reflect on the implications of the curricular internship for the integral formation of the hosting technician, in the light of work as an educational principle. In order to reach the proposed objective, a case study was carried out in 02 (two) professional schools of the state professional education network of Ceará, located in the municipality of Fortaleza-Ce, which had the participation of students who graduated, course coordinators and internship tutors for the high school-level technical course in hosting, integrated with high school. The qualitative approach method was used, and this study was also classified as exploratory and descriptive. For data collection, a questionnaire was applied to graduates and an interview was conducted with coordinators and tutors. The research enabled the identification of the curricular internship process and the understanding of the former students about it, in addition to their difficulties and understanding of the conceptual bases of the EMI. It is concluded that there are gaps so that the internship, within the approach of work as an educational principle, can contribute to the integral formation of the hosting technician. The premise of work as an educational principle needs to be in fact contextualized and implemented beyond the indications in the regulations. It is identified that there are many challenges that come from both the production system itself and the proposed pedagogical project.

Keywords: Curricular Internship; Integrated High School; Work as an Educational Principle; Hosting Technician.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Principais marcos regulatórios do estágio no Brasil	33
Figura 2 -	Sistematização entre teoria e prática para a práxis	39
Figura 3 -	Práxis	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de egressos trabalhando na área da formação técnica concluída	54
Gráfico 2 - Momentos de orientação pelo(a) professor(a) orientador(a)	55
Gráfico 3 - Se as atividades no estágio tinham relação com os conteúdos técnicos	56
Gráfico 4 - Número de egressos com expectativas atendidas no estágio	56
Gráfico 5 - Orientações sobre o Trabalho como Princípio Educativo	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Sentidos da integração	18
Quadro 2 -	Constituição da matriz curricular do Curso Técnico em Hospedagem	25
Quadro 3 -	Documentos que regulamentam o estágio nas EEEPs disponibilizados	45
Quadro 4 -	Etapas e atividades para a realização da disciplina de estágio curricular	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Municípios e número de EEEPs no Ceará que ofertam o Curso Técnico em Hospedagem - 2022	14
Tabela 2 -	Evolução do Turismo no Ceará 2019/2010	15
Tabela 3 -	Crescimento da rede de educação profissionalizante em dez (10) anos	20
Tabela 4 -	Prazos para a conclusão do estágio	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Ensino Médio Integrado (EMI) e as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará	17
2.1.1 Eixos Tecnológicos e o Curso Técnico de Nível Médio em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio	21
2.1.2 Técnico em hospedagem e o currículo	24
2.2 O Trabalho e a Formação Humana Integral	26
2.2.1 EMI e o trabalho como princípio educativo na formação técnica	30
2.3 Estágio Curricular Supervisionado e o EMI	32
2.3.1 Práxis: articulação entre teoria e prática no estágio supervisionado	38
3 METODOLOGIA	42
3.1 Delineamento da pesquisa	42
3.2 Lócus da pesquisa	44
3.3 Coleta de dados	44
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
5 PRODUTO EDUCACIONAL	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A - Questionário para Egressos do Curso Técnico em Hospedagem	69
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Professores Orientadores de Estágio	70
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com o Coordenador de Curso	71
ANEXO A - Plano de atividades de estágio	72
ANEXO B - Modelo de Relatório de Estágio	74
ANEXO C - Matriz Curricular do Curso Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio	75

1 INTRODUÇÃO

A proposta curricular do ensino médio integrado (EMI) traz em sua concepção o resgate do princípio da formação humana em sua totalidade no processo educativo do(a) estudante. Nessa perspectiva, a educação profissionalizante não deve se reduzir ao adestramento de técnicas rotineiras e ao interesse do mercado produtivo, mas promover o desenvolvimento das diferentes dimensões humanas: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. De acordo com Ciavatta (2005), a formação integrada é aquela que torna íntegros, inteiros os indivíduos que foram segregados historicamente pela divisão social do trabalho, ou seja, pela separação entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

No sentido da educação que visa à preparação para o trabalho, observa-se que a teoria e a prática educativas são postas por meio das práticas profissionais e do estágio profissional. Assim, de acordo com a recente Resolução do CNE/CP, nº 1/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCN-EPT), observa-se que:

A prática profissional supervisionada na Educação Profissional e Tecnológica compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações. O estágio profissional é desenvolvido em ambiente real de trabalho, assumido como ato educativo e supervisionado pela instituição de ensino, em regime de parceria com organizações do mundo do trabalho, objetivando efetiva preparação do estudante para o trabalho (BRASIL, 2021).

A inserção do(a) estudante no ambiente real de trabalho, por meio do estágio profissional, deve ser entendida no seu aspecto normativo e pedagógico, conduzindo os processos formativos adequadamente para que o(a) estudante seja agente transformador da realidade em que atua ou atuará. Assim, o estágio como ato educativo é uma forma de integração entre toda a teoria e o desenvolvimento de práticas profissionais em situações reais de trabalho. É a fase de concretização da formação profissional, de forma supervisionada, que muitas vezes pode culminar com a inserção no mercado de trabalho.

O estágio é regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, nela definido como o “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando o ensino regular” (BRASIL, 2008). Complementando, a lei expressa que o estágio “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando

o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008).

O estágio realizado no contexto do EMI para a formação técnica deve nortear-se pela concepção de integração, que tem como pressupostos a formação humana visando à omnilateralidade¹ do indivíduo, rejeitando qualquer processo que reduza essa preparação como voltada apenas para o exercício do trabalho a ser realizado, para o saber fazer puramente, em favor do sentido de integrar a educação básica à profissional, compreendendo o trabalho como princípio educativo. O trabalho, no âmbito do EMI, deve “[...] superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (CIAVATTA, 2005, p. 84). Dessa forma, fica evidente o trabalho como princípio educativo, e, por isso, o estágio supervisionado não deve se restringir à prática de rotinas operacionais preestabelecidas, pois deve, a partir de uma compreensão desse princípio e orientação adequada, relacionar esse momento de inserção ao mundo do trabalho de forma integralizada.

No âmbito do estado do Ceará, em 2008, como resultado do contexto político nacional e estadual, verificou-se a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), que priorizaram a educação profissional técnica de nível médio na modalidade de cursos integrados, visando oportunizar o ensino médio integrado à formação profissional técnica, preparando para o mundo do trabalho. Nesse e para esse contexto de inserção no mercado de trabalho, verificam-se esforços para atender a demanda capitalista, essencialmente mercadológica – por isso o termo “mercado de trabalho”. Observando a concepção Gramsciana de hegemonia, que caracteriza a liderança cultural e ideológica de uma classe sobre outras, dos grupos hegemônicos donos dos meios de produção sobre os grupos subalternos que vendem sua força de trabalho, a escola pode assumir características de um instrumento contra-hegemônico, através de projetos pedagógicos com o objetivo de construir uma nova concepção de mundo, a partir da edificação de novas relações sociais de produção.

[...] não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo; a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governo a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnicas gerais necessárias ao fim de governar (GRAMSCI, 1982, p. 137).

Faz-se necessária uma escola autônoma para agir de forma contra-hegemônica à classe dominante, formando e gerando uma mão de obra cujo cada cidadão possa ter condições de se

¹ “Formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2005, p. 3).

tornar governante, por meio de uma educação oferecida para os filhos dos trabalhadores que vá além de uma formação exclusiva para a aprendizagem das práticas profissionais, mas conduza a um processo de ensino e aprendizagem articulado com a teoria e a prática.

Nesse contexto, as EEEPs apresentam-se consolidadas com a oferta de diversos cursos técnicos integrados ao ensino médio, com a proposta de uma formação cidadã destinada a diferentes segmentos do mercado. Tomando como objeto de estudo o processo formativo no Curso Técnico de Nível Médio em Hospedagem integrado ao Ensino Médio, observam-se, na matriz curricular atualizada em janeiro de 2020, disciplinas voltadas para a Formação Geral, com 2.620 horas-aula (h/a), de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); outras disciplinas que compõem a Parte Diversificada, com 1.640 h/a, com conteúdo relacionado à formação cidadã, na esfera pessoal e profissional; e as que são voltadas para a Formação Profissional do técnico em hospedagem, com 1.140 h/a. Contabilizando a carga horária total trabalhada ao longo dos três anos do EMI, são totalizadas 5.400 h/a (Matriz Curricular - 2020). Dentro dessa proposta curricular e pedagógica, no âmbito da formação profissional, são previstas 300h para o estágio supervisionado obrigatório, com o objetivo de integrar o(a) estudante no mundo real de trabalho.

Por isso, esta pesquisa descreve e reflete sobre o estágio curricular na formação integral do técnico em hospedagem, por meio de uma abordagem que busca compreender o princípio educativo do trabalho, valorizando a importância do momento do estágio como um processo educativo integrativo entre a teoria e a prática profissional, reflexão e ação no ambiente real de trabalho.

Dessa forma, justifica-se esta pesquisa pela importância de o estágio curricular integrar o(a) estudante ao mundo do trabalho. O envolvimento com o tema e interesse de desenvolver a pesquisa nessa temática advêm da minha formação inicial em tecnologia em hotelaria, no então Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFET/CE) e de, posteriormente, ter trabalhado como professora orientadora de estágio no Curso Técnico em Hospedagem na EEEP Monsenhor Expedito da Silveira e Sousa, localizada no município de Camocim, Ceará. Essa foi a minha primeira experiência como orientadora de estágio e com o ensino técnico.

Ao ingressar no quadro de professores da base técnica por meio de uma seleção pública, não tinha nenhum conhecimento sobre as bases conceituais do ensino médio integrado. Na época, também senti falta de material didático direcionado às questões relacionadas ao estágio supervisionado, no qual fossem abordados os temas mais relevantes para o(a) estudante nessa

fase de inserção no mundo do trabalho, dentro da perspectiva de uma formação profissionalizante integral.

Nesse sentido, conforme dados da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE), em todo o estado, (8) oito escolas profissionalizantes ofertam o curso em tela, em (6) seis municípios, seja de forma contínua ou em sistema de rodízio com outro curso. Na Tabela 1, observam-se os municípios e o quantitativo de EEEPs com oferta do curso em 2022.

Tabela 1 - Municípios e número de EEEPs no Ceará que ofertam o Curso Técnico em Hospedagem - 2022

Município do Ceará	Quantidade de EEEPs que ofertam o Curso Técnico em Hospedagem
Aquiraz	01
Beberibe	01
Caucaia	01
Fortaleza	03
Jijoca de Jericoacoara	01
Juazeiro do Norte	01
Total de EPPPs	08

Fonte: Adaptado de SEDUC/CE (2022)².

Ressalta-se que os municípios contemplados apresentam alguma vocação para o turismo. O de Fortaleza conta com o número de três escolas, por concentrar um número expressivo de meios de hospedagem e por ser o maior portão de entrada de passageiros e aeronaves do estado. De acordo com os Indicadores Turísticos 2010/2019 da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR/CE), em 2019, Fortaleza registrava 258 empreendimentos hoteleiros (hotéis, pousadas, flats e albergues), 12.130 unidades habitacionais (UHs) e 30.937 leitos.

No âmbito do Estado do Ceará, existe uma demanda turística que gera postos de trabalhos que pode absorver os(as) estudantes egressos das EEEPs, sendo muitas vezes efetivados logo após a finalização do estágio curricular. De acordo com dados da SeturCe

² Oferta de cursos nas EEEPs do estado Ceará, ano 2022. Disponível em : https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/documentos/2022_Oferta_de_Cursos_nas_EEEP_do_Estado_do_Cear%C3%A1_-_EEEP.pdf

(2019) do período 2010/2019, o fluxo turístico via Fortaleza saltou de 2.691.729 para 3.708.821 visitantes.

No entanto, existe a concepção de que o componente estágio supervisionado visa apenas à compreensão de atividades puramente operacionais, o que não é verdade, pois a execução da prática pode ser uma ação reflexiva com base na teoria para transformar a realidade na qual o estudante está inserido. O itinerário formativo para a educação profissional nas ETECs aborda essa concepção de que o aluno deve estar conectado ao mundo em constante transformação, promovendo a autonomia e a emancipação com as formas de organização de trabalho e flexibilização (SEDUC, 2022).

Verifica-se, nos dados da Setur Ceará (2019), um crescimento na demanda turística do estado, abrindo margem para o aumento da oferta de postos de trabalho, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Evolução do Turismo no Ceará 2019/2010

Agregados	Período		Variação em %	
	2010	2019	Total	Anual
Demanda Turística Ceará	2.691.729	3.708.821	37,8	3,6
Empregos nas Atividades do Turismo	51.513	75.289	46,2	4,3

Adaptado de Setur/CE (2019).

Entretanto, apesar da escalada no número de empregos nas atividades do turismo, é necessário discutir o acesso ao mercado de trabalho formal, em especial da mão de obra formada na modalidade do EMI, que tem como base o trabalho como princípio educativo e o estágio supervisionado como ato educativo.

Com base no exposto, a intenção da pesquisa tem como ponto de partida as seguintes indagações: o estágio supervisionado oferecido nas escolas profissionalizantes estaduais do Ceará é articulado como uma proposta pedagógica que tem o trabalho como princípio educativo? Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores orientadores para supervisionar os(as) estudantes? Quais ações pedagógicas e burocráticas devem ser realizadas pelos professores orientadores de estágio? O que os discentes entendem por estágio supervisionado?

Assim, definimos como objetivo geral desta pesquisa: refletir sobre o estágio curricular para a formação integral do técnico em hospedagem, à luz do trabalho como princípio educativo. São objetivos específicos: a) analisar o processo para a oferta do componente estágio no curso técnico em hospedagem integrado ao ensino médio; b) verificar qual a compreensão

dos(as) estudantes egressos sobre o estágio curricular, suas dificuldades e entendimento acerca das bases conceituais do EMI; c) compreender as dificuldades que os docentes têm para o acompanhamento dos estagiários; e d) produzir um e-book sobre o estágio supervisionado na formação integral do técnico em hospedagem, como produto educacional fruto da pesquisa.

Dessa forma, o estudo desenvolvido buscou ampliar a base de dados sobre o estágio supervisionado no âmbito do EMI, em especial no campo da hospedagem, fazendo uma abordagem a partir do princípio educativo do trabalho.

A pesquisa foi estruturada em (6) seis capítulos. No primeiro – esta introdução –, é realizada uma contextualização dos temas que serão abordados, apresentando a justificativa para a escolha do tema, a importância do processo do estágio no EMI e os objetivos. O segundo traz a fundamentação teórica, com subtópicos que discorrem sobre o EMI, EEEPs no Ceará, eixos tecnológicos, o curso técnico de nível médio em hospedagem, o trabalho e a formação humana integral, o trabalho como princípio educativo e o estágio curricular. No terceiro capítulo, são relatados os procedimentos metodológicos. No quarto, os resultados e discussão a partir dos dados coletados. No quinto, apresenta-se o produto educacional desenvolvido. Finalmente, são apresentadas considerações finais, no sexto e último capítulo.

Destaca-se que, a partir das reflexões, do estudo bibliográfico e dos dados obtidos, foi sistematizado um livro digital para apoiar o desenvolvimento do estágio curricular, no sentido de uma formação integral do(a) estudante do curso técnico em hospedagem das EEEPs do Ceará.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ensino Médio Integrado (EMI) e as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) do Ceará

O ensino integrado tem suas bases conceituais fundamentadas nas teorias marxistas, socialistas e humanistas, igualitárias e solidárias, propondo uma formação humana sem negligenciar a formação técnica e humanística do trabalhador. O clássico teórico Gramsci, expoente italiano da teoria marxista, por meio da concepção da escola unitária, propôs um modelo escolar voltado a promover a integração entre a formação tecnicista com fundamentos humanistas, “[...] destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida” (GRAMSCI, 2004, p. 33), em contraposição às escolas organizadas para atender à classe dominante e ao modelo de produção capitalista.

A escola unitária, proposta por Gramsci, une o ensino técnico/manual ao humanista/intelectual com um currículo que prima pelo desenvolvimento de “uma consciência moral e social sólida e homogênea” (GRAMSCI, 2004, p. 39), estabelecendo novas relações entre o ensino propedêutico e o profissional. O currículo é fundamental para a superação da redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho, gerada pela dicotomia entre o saber e fazer.

Gramsci (2004) apresenta como fundamentos para a escola unitária: o aspecto politécnico, a omnilateralidade e o trabalho como princípio educativo, que pressupõe uma educação completa sem fragmentação dos conteúdos humanísticos e profissionais.

No Brasil, teóricos contemporâneos, como Ramos (2008, p. 03), complementam discorrendo que uma “educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social”. Assim, deseja-se a construção de uma escola que não divida os saberes entre a classe trabalhadora e a dirigente, garantindo o direito ao conhecimento para todos e o acesso à cultura, ciência e ao trabalho para a classe trabalhadora.

Partindo dessa breve contextualização, observa-se a necessidade de modelos pedagógicos e mudanças de práticas educativas e pedagógicas que sejam direcionadas pelos conceitos e concepções já existentes, construindo novas relações entre os projetos econômicos, sociais e educacionais. A concepção da educação do ensino médio integrado à formação técnica e humanística para o trabalho é um campo que carece de muitas reflexões, por ser um momento

crucial para os jovens que estão nessa fase de formação educacional. Além disso, é importante devido à relação entre o conhecimento científico, a produção do trabalho e a divisão social, que se materializa na sociedade contemporânea.

Dentro dessa perspectiva de análise em que há um projeto de formação educacional que articula a prática e a teoria, Ramos (2008) atribui três sentidos à integração, descritos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Sentidos da integração

Sentidos da Integração		
Primeiro Sentido	Segundo Sentido	Terceiro Sentido
A formação omnilateral (sentido filosófico)	A indissociabilidade entre educação profissional e educação básica	A integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade
Aborda a concepção de formação humana com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo, independente da formação profissional. Observa-se a formação omnilateral dos sujeitos, que integra as dimensões trabalho, ciência e cultura, fundamentais para a vida.	Definido como as formas de relacionar ensino médio e educação profissional, partindo da política nacional e legislações, tendo como destaque o Decreto nº 5.154/2004.	Indica a relação entre parte e totalidade na proposta curricular. Os conhecimentos gerais e específicos (profissionalizantes) devem formar uma totalidade curricular, apesar da hegemonia do positivismo e do mecanicismo das ciências, que fragmentam as ciências nos seus respectivos campos e as hierarquizam.

Fonte: Adaptado de Ramos (2008).

Nota-se que Ramos (2008) tenta resgatar os principais sentidos da integração para que ocorra uma implementação, no que seja possível, de uma formação efetiva nos âmbitos científico, cultural e profissional, relacionando o todo e possibilitando o conhecimento integral, superando o currículo fragmentado e a justaposição entre um ensino voltado apenas para formação geral e uma formação tecnicista. Na perspectiva da formação omnilateral, formam-se sujeitos em suas amplas capacidades, tornando-se capazes de entender seu contexto social, econômico e cultural, capazes de atuar como cidadãos em diferentes contextos da vida humana.

No Brasil, a educação integrada oferecida atualmente ainda é muito distante dos fundamentos originais da formação integrada, podendo ser entendida, no máximo, como um

modelo transitório que precisa romper com contradições fortalecidas pelo modo de produção vigente e a realidade sócio-histórica e educacional brasileira.

O ensino médio integrado como política pública começou a ser erigido novamente com o Decreto nº 5.154/04, que revogou o Decreto nº 2.208/97, regulamentando os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, em seu projeto original, versavam sobre a educação profissional, porém não a atrelavam a nenhuma etapa da escolarização. A partir do decreto nº 5.154/04, foram expressos os princípios norteadores para a educação profissional articulada ao ensino médio, ao definir que a educação profissional e tecnológica poderia ser articulada entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, podendo ocorrer de duas formas: integral ou concomitante.

Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; **Concomitante**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer (BRASIL, 2004, grifo nosso).

A revogação do Decreto nº 2.208/97 inaugurou um novo sentido político para a educação profissional técnica, contemplando a integração entre a educação profissional e o ensino médio, com a articulação entre a formação geral (propedêutica) e a formação técnica (profissional).

Grabowski (2006), a partir do Decreto nº 5.154/04, reflete sobre os desafios da integração do curso médio e do curso técnico de nível médio, que, em sua concepção, vai além da prática disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar. Tem como desafio assumir um compromisso de estabelecer uma sólida articulação e a integração entre o trabalho como princípio educativo e a ciência e a cultura, como processo da produção e relação dos indivíduos e seu meio. O decreto reforça que o ensino integrado abrange muitas categorias e práticas educativas no âmbito escolar, de modo a garantir uma formação integral dos(as) estudantes que se preparam para ingressar no mundo do trabalho.

O EMI, em suas bases conceituais, busca superar a separação histórica entre o ensino propedêutico com o ensino tecnicista, por meio de uma escola que oferta uma educação profissional articulada ao ensino médio, que resulte na integração das dimensões humanas e tecnológicas, em uma concepção de formação humana. Tem o desafio de preparar para a cidadania e qualificar os(as) jovens estudantes para o mundo do trabalho.

Brasileiro Filho (2013) destaca que, nesse momento histórico, retomaram-se as

discussões conceituais e políticas sobre a formação integrada, com destaque para os socialistas-progressistas, que defendiam a integração entre formação geral e a formação profissional, e os conservadores-liberais, que defendiam a manutenção da separação entre formação geral e tecnicista. A implantação do EMI foi pautada na contradição entre a sua forma descritiva e a sua aplicabilidade prática.

A partir de 2008, no Ceará, a política de EMI no sistema estadual de ensino ganhou força com a lei estadual nº 14.273/08, que dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), no âmbito da SEDUC-CE e de suas providências, implementando a rede de educação profissional do estado. Nesse contexto, definiu como estratégia central integrar o ensino médio à formação profissional de nível técnico, com educação em tempo integral (SEDUC/CE, 2020).

Essa política estadual se articulou, no contexto nacional, com o Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302/17, que expressa em seu artigo primeiro:

Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a **estimular o ensino médio integrado à educação profissional**, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais (BRASIL, 2017, grifo nosso).

O programa Brasil Profissionalizado fomentava os sistemas educacionais estaduais, e o estímulo se materializou com repasses financeiros, que, juntamente com os recursos do tesouro estadual, financiam a rede de ensino tecnológico do estado. De acordo com Ramos (2011, p. 14), “o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio, integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)”. Conforme a Tabela 3, é possível visualizar o número de escolas que foram inicialmente criadas e o crescimento dez (10) anos, posteriormente à sua implementação:

Tabela 3 - Crescimento da rede de educação profissionalizante em dez (10) anos

Ano	Número de EEEPs	Número de Municípios	Número de Cursos Ofertados
2008	25	20	04
2018	119	95	52

Fonte: Adaptado de SEDUC/CE (2022).

A rede de educação profissionalizante estadual ocupa um grande espaço na formação

técnica dos(as) estudantes cearenses, saltando, em uma década, para 119 escolas. Finalizou o ano de 2022 com 131 escolas, ofertando 54 cursos técnicos diversos em 111 municípios. A sua capilaridade propiciou que, dos 184 municípios cearenses, 60,3% fossem contemplados com EEEPs (SEDUC/CE, 2022). A escolha dos cursos ofertados nas EEEPs para a formação profissional técnica em nível médio para cada município é feita de acordo com os arranjos econômicos locais.

2.1.1 Eixos Tecnológicos e o Curso Técnico de Nível Médio em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio

Conforme orientação do Ministério da Educação (MEC), os cursos técnicos são organizados por eixos tecnológicos que definem a área de formação ligada a um eixo. Os eixos e cursos são sistematizados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos³ (CNCT), que se encontra na quarta edição. Os cursos técnicos estão organizados ou agrupados em treze (13) eixos tecnológicos, que padronizam ou caracterizam os cursos, sendo regulamentados pelo MEC. Essa organização tem a finalidade de agrupar e orientar a oferta dos cursos técnicos de nível médio, reunindo os cursos do mesmo campo de educação profissional e tecnológica.

No Ceará, no contexto educacional de expansão das EEEPs e de sua vocação turística, o curso técnico em hospedagem faz parte do catálogo de cursos ofertados. Observando o CNCT (2020), o curso em questão está agrupado no Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, que compreende o conjunto das seguintes tecnologias:

[...] tecnologias de planejamento, organização, supervisão, operação e avaliação do atendimento e do acolhimento em atividades de agenciamento e guiamento, hospedagem, gastronomia, eventos e lazer. Baseia-se em leitura e produção de textos técnicos, raciocínio lógico, historicidade e cultura, línguas estrangeiras, ciência, tecnologia e inovação, tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, prospecção mercadológica e marketing, tecnologias de comunicação e informação, desenvolvimento interpessoal, legislação e normas técnicas, saúde e segurança do trabalho, gestão da qualidade, responsabilidade e sustentabilidade socioambiental, qualidade de vida e ética profissional (CNCT, 2020).

O Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer reúne sete (7) cursos: Técnico em Hospedagem; Técnico em Agenciamento de Viagem; Técnico em Eventos; Técnico em

³ O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020, disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral. Seu conteúdo é atualizado periodicamente pelo Ministério da Educação para contemplar novas demandas socioeducacionais. Para acessá-lo: <http://cnct.mec.gov.br/>

Gastronomia; Técnico em Lazer; Técnico em Guia de Turismo; e Técnico em Serviços de Restaurante e Bar. Destaca-se que são cursos que atendem aos segmentos do mercado turístico e ao setor de serviços.

Existem diversos conceitos de turismo, entre eles o de que “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38). O turismo está conglomerado no setor terciário, que abrange as empresas que se dedicam à prestação de serviços, formando a cadeia produtiva do turismo. Os meios de hospedagem fazem parte dessa cadeia, e a Lei nº 11.771/2008, que estabelece as normas sobre a Política Nacional do Turismo, traz em seu artigo 23 o conceito de meios de hospedagem:

Empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária (BRASIL, 2008).

O Brasil tem um sistema próprio de classificação das empresas hoteleiras, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro). O SBClass estabelece sete (7) tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, hotel fazenda, hotel histórico, cama e café, pousada e flat, podendo ser classificados entre 1 a 5 estrelas⁴, que definem e diferenciam as categorias para cada tipo. Contudo, todos os tipos oferecem essencialmente a hospedagem, e, dependendo do porte e padrão do meio de hospedagem, existirão mais serviços agregados.

Os meios de hospedagem são os principais campos de atuação para o(a) técnico(a) em hospedagem e, de acordo com o CNCT (2020), deverão ser habilitados para:

Realizar atividades de recepção, reserva, governança, mensageria, mordomia e conciergerie em meios de hospedagem. Prestar serviços de atendimento e suporte aos hóspedes. Divulgar os serviços de hospedagem e produtos turísticos. Supervisionar a

⁴ Hotel de 1 a 5 estrelas, resort de 4 a 5, hotel fazenda de 1 a 5, cama e café de 1 a 4, hotel histórico de 3 a 5, pousada de 1 a 5 e flat de 3 a 5. Para cada categoria, existem requisitos mandatários (obrigatórios) e eletivos (livre escolha). O meio de hospedagem, para ser classificado na categoria pretendida, deve ser avaliado por um representante legal do Inmetro e demonstrar o atendimento a 100% dos requisitos mandatários e a 30% dos requisitos eletivos (para cada conjunto de requisitos), tendo como base uma lista pré-definida.

manutenção de equipamentos e estrutura física. Acompanhar e orientar procedimentos de higienização, controle e arrumação das unidades habitacionais e dos espaços do estabelecimento. Auxiliar na operacionalização de eventos, serviços, alimentos e bebidas, articulando às necessidades dos hóspedes, fornecedores e clientes.

Desse modo, observa-se, no Plano de Curso (2014) do curso técnico de nível médio em hospedagem integrado ao ensino médio ofertado nas EEEPs, que o profissional técnico em hospedagem é formado para atuar nas áreas de hospedagem, alimentos e bebidas, eventos e lazer, enfatizando três (3) grandes áreas para a atuação profissional.

Uma área principal é a de hospedagem, responsável pelo acolhimento e acomodação dos hóspedes. A hospedagem é caracterizada, de acordo com a Lei nº 11.771/2008, por: “prestação de serviços em tempo compartilhado a administração de intercâmbio, entendida como organização e permuta de períodos de ocupação entre cessionários de unidades habitacionais de distintos meios de hospedagem” (BRASIL, 2008).

De acordo com a Normativa nº 429/2002, unidade habitacional “é o espaço, atingível a partir das áreas principais de circulação comuns do estabelecimento, destinado à utilização pelo hóspede, para seu bem-estar, higiene e repouso”. Portanto, a hospedagem é o produto de venda essencial ou serviço central, e a área de hospedagem oferece aos hóspedes o acolhimento no período de sua estada por meio dos serviços de recepção, governança e reservas.

Com o avanço e a departamentalização dos serviços, aprimorou-se a área de Alimentos e Bebidas (A&B) nos meios de hospedagem, que é responsável por prestar os serviços de alimentação para os hóspedes e, dependendo da política do meio de hospedagem, ao público externo. Os serviços de A&B modificam-se de acordo com o porte do empreendimento. Alguns oferecem apenas o café da manhã e outros restaurantes possuem cardápios internacionais, entre outros. Riccento (2013) afirma que o departamento de A&B, na hotelaria, é responsável por todos os serviços de alimentação oferecidos pelo hotel e é dividido em vários setores, como room service, restaurantes e bares, entre outros.

Muitos meios de hospedagem passaram a captar eventos na busca de gerar receitas, em especial, em períodos de baixa estação, oferecendo espaços para a realização dos mais diversos tipos de eventos, além de investimentos em infraestrutura e programação com atividades de lazer.

Dentre as áreas expressas, no plano de curso, para a atuação do técnico em hospedagem, não se observam as áreas administrativa e comercial, importantes para a gestão dos meios de hospedagem. Percebe-se uma inconsistência em relação à proposta de EMI, de superação da dualidade entre o pensar e o agir, entre o ensino unitário e a fragmentação aliada ao tecnicismo

na formação profissional.

De acordo como o CNCT (2014), são fundamentais para a atuação do profissional técnico em hospedagem conhecimentos multidisciplinares, técnicas sobre hospitalidade, classificação, estrutura, normas, procedimentos dos meios de hospedagem e sistemas operacionais, além de comunicação clara e cordial, trabalho colaborativo, proatividade e flexibilidade para a solução de problemas e conflitos.

2.1.2 Técnico em hospedagem e o currículo

Nota-se que o CNTC (2020) é um instrumento normativo referencial para a organização dos cursos técnicos pelas instituições de ensino, sendo assim a base referencial para o planejamento curricular e para definir a identidade dos cursos quanto às tecnologias típicas que serão empregadas em cada área. Sendo assim, a organização curricular do curso técnico de nível médio em hospedagem integra as disciplinas de ensino médio e as específicas para a formação profissional.

Verifica-se que as matrizes curriculares dos cursos integrados ofertados pelas EEEPs do Ceará contemplam a formação geral, com disciplinas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular; a parte diversificada, com conteúdo dirigido à formação cidadã na esfera pessoal e profissional; e a formação profissional, com disciplinas relacionadas ao conteúdo dos cursos técnicos ofertados (SEDUC/CE, 2022).

A concepção do currículo para cursos de educação profissional tem como parâmetro as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O quadro 2 apresenta a constituição da matriz curricular do curso em análise.

Quadro 2 - Constituição da matriz curricular do Curso Técnico em Hospedagem

Matriz Curricular	Constituição
Formação Geral	Compreende os treze componentes curriculares básicos e comuns ao ensino médio: Língua Portuguesa, Artes, Inglês, Espanhol, Educação Física, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Biologia, Física e Química. Para cada curso, há sempre uma ou duas disciplinas que, por apresentarem mais afinidade com as disciplinas técnicas, são disponibilizadas com maior carga horária. É o caso, por exemplo, da disciplina de Biologia para os cursos da área da Saúde.
Formação Profissional	É composta por conteúdos curriculares específicos, de acordo com cada curso técnico. O aluno deve cumprir também a carga horária mínima relativa ao estágio supervisionado
Parte Diversificada	Envolve atividades escolhidas pelos sistemas de ensino e pelos estabelecimentos escolares, de acordo com as características regionais, culturais, sociais e econômicas. Dentre os componentes da parte diversificada, destacam-se: Projeto de Vida; Formação para a Cidadania; Mundo do Trabalho; Oficina de Redação; e Empreendedorismo.

Adaptado do Plano de Curso (2014, grifo nosso).

A formação profissional e a parte diversificada expressam os conteúdos curriculares voltados para a profissionalização e para o mundo do trabalho. Nesse sentido, junto com a formação geral, os conteúdos devem ser planejados de forma interdisciplinar e unitária, articulando o processo de ensino e aprendizagem, os conhecimentos gerais e específicos, a cultura e o trabalho, o humanismo e a tecnologia, constituindo, assim, uma formação integral.

O currículo representa a seleção de conhecimentos e saberes, dentro de um universo, que farão parte do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Não obstante, deve-se refletir sobre a lógica por que uns e não outros conteúdos são escolhidos, e sobre a indissociabilidade entre a cultura geral, humanista e formativa.

Ramos (2008) corrobora afirmando que os saberes e conhecimentos propostos, no cerne do EMI, são aqueles “que pressupõem que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social” (p. 2), sem distinção entre classes sociais. Rejeita-se, assim, o modelo dualista implementado a partir da separação entre o ensino propedêutico e o técnico profissionalizante, no qual o primeiro é voltado para as classes mais favorecidas e o segundo para a classe trabalhadora.

Na busca de uma superação desse cenário, o trabalho como princípio educativo deve ser o fundamento para a construção do currículo integrado à educação profissional, para cumprir seu papel transformador.

2.2 O Trabalho e a Formação Humana Integral

O ser humano diferencia-se dos outros seres vivos por sua habilidade de transformar a natureza, por meio do trabalho, partindo de uma ação transformadora realizada de forma genuína. Essencialmente, os indivíduos se relacionam com a natureza para garantir sua sobrevivência e produzir conhecimentos. De acordo com Engels (2006, p. 1), “o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Assim, o ser humano transforma a natureza para atender suas necessidades sociais, e o trabalho é fundamental para a produção da existência humana. Saviani (1989) complementa afirmando que o ser humano existe pelo trabalho:

O que define a existência humana, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho. O homem se constitui como tal, à medida que necessita produzir continuamente a sua própria existência. É isso que diferencia o homem dos animais: os animais têm a sua existência garantida pela natureza e, por consequência, eles se adaptam à natureza; o homem tem que fazer o contrário, ele se constitui no momento em que necessita adaptar a natureza a si, não sendo mais suficiente adaptar-se à natureza. Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que é feito através do trabalho. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la (SAVIANI, 1989, p. 8).

A existência humana não é um presente divino ou natural, é produzida pelo próprio homem. “O que o homem é, é-o pelo trabalho” diz Saviani (2007, p. 154), observando uma relação indissociável entre o homem e o trabalho. Ao transformar a natureza, há uma transformação dele mesmo em processo de humanização, de modo que a atividade trabalho produz e reproduz sua realidade, produzindo conhecimento. Marx (2011) aborda o significado do trabalho dentro da concepção da humanização do indivíduo:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem [ser humano] e a natureza, processo este em que o homem [o ser humano], por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2011, p. 255).

Do exposto acima, a concepção do trabalho humano se concretiza, na teoria marxista, pela transformação da natureza para a manutenção de sua existência e para o processo de humanização de si própria e do mundo, pela perspectiva de que o ser humano se torna humano

ao agir sobre a natureza e, conseqüentemente, pela modificação na forma de se relacionar com o meio que o cerca. Nesse sentido, o trabalho transforma tanto o mundo natural quanto o social no qual o ser humano se encontra, materializando as características que o definem como humano em oposição aos outros seres vivos, dentro do seu aspecto ontológico, que é baseado no social. Ramos (2006, p. 68) relata que o trabalho, em seu sentido ontológico, “não se reduz ao sujeito, mas envolve todo o movimento contraditório de produção e reprodução da existência humana, estando o homem em relação dialética com a natureza e com os outros homens”.

As formas de produção e reprodução vigentes em cada época histórica, para a produção dos bens materiais, determinam a organização social e econômica de uma sociedade. Destaca-se o modo de produção capitalista, que se caracteriza pela concepção do trabalho produtivo e o surgimento do trabalho assalariado – uma forma de venda da força de trabalho do ser humano, como a objetivação do trabalho e a criação da mais-valia. Marx discorre sobre esse aspecto do trabalho produtivo:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz o capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada, o que restitui mais trabalho ao que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio (MARX, 1980, p. 132).

Desse modo, o trabalho é concebido em seu sentido histórico, constituindo uma forma de dominação e exploração para atender a produção de capital e as necessidades humanas, e, nesse momento, o homem passa a vender a sua força de trabalho em troca do pagamento do salário, gerando riqueza para os detentores dos meios de produção. Em síntese, o homem deixa de transformar a natureza por meio da produção de sua própria existência e, para atender as suas necessidades genuínas, para produzir riqueza para a classe detentora dos meios de produção, vende a sua força de trabalho como única forma de assegurar a sua existência. Nesse instante, surgem as relações entre os trabalhadores assalariados e os donos dos meios de produção; a divisão social e técnica do trabalho e a divisão entre a educação e o trabalho.

Nesse contexto, o sistema escolar passa a oferecer uma educação à classe trabalhadora e outra à classe detentora dos meios de produção, fragmentando-a para fortalecer as relações sociais, produtivas e alienadas moldadas pelo modo de produção capitalista. Assim, configura-se o dualismo estrutural com a fragmentação do currículo para a formação específica dos trabalhadores, voltada somente para os conhecimentos específicos para o exercício profissional,

retirando do processo educativo dos trabalhadores os conhecimentos gerais para a compreensão e transformação da sua realidade.

Portanto, as escolas, no capitalismo, se organizam para atender as necessidades do modelo de produção, com uma formação focada no desenvolvimento laboral produtivo, em conformidade com os projetos pedagógicos voltados apenas para o ensino de conhecimentos necessários à operacionalização da atividade laboral, suprimindo gradualmente da categoria trabalho o seu sentido ontológico.

Sob esse prisma, analisando diretrizes, leis e autores contemporâneos que norteiam o ensino médio, observam-se referências à dimensão ontológica do trabalho, como pode ser observado na Resolução nº 03, de 21 de novembro de 2018, que aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Em seu artigo 6º, assevera, na seção VIII, alínea “a”, que “o trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, ampliada como impulsionador do desenvolvimento cognitivo, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência (BRASIL, 2018, p. 3). Nesse aspecto, Lukács (2013, p. 44) apresenta o trabalho como a categoria ontológica essencial:

[...] como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.) com orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Assim, a inter-relação entre o homem e a natureza orgânica promove, em especial à classe trabalhadora, uma formação voltada para as técnicas, cultura geral e humanística, para um pleno desenvolvimento humano. Ramos (2009, p. 36) indaga sobre o papel da escola no direcionamento do trabalho a ser realizado, indicando que as instituições de ensino “precisam ter uma visão crítica do mercado de trabalho e construir o processo formativo no qual, ao tempo em que proporcionam acesso aos conhecimentos, contribuam para que o sujeito se insira no mundo do trabalho e também questione a lógica desse mesmo mercado”. Para Pistrak (2018, p. 68), o trabalho é

Parte da relação da escola com a atualidade, e nesta base o trabalho educativo e o de ensino desenvolve-se como um todo único, inseparável. A questão fundamental da escola não é a relação mecânica entre trabalho e ciência (ou como se pensa mais dissimuladamente, entre trabalho e ensino), mas, a tornar ambos, partes orgânicas da escola.

Nesse sentido, o papel das escolas é de resgatar o sentido do trabalho como um processo essencialmente educativo e humanizado, no qual o trabalho e a educação integral são elementos complementares, compreendendo o trabalho educativo e o seu papel como “uma superestrutura ideológica e um instrumento ideológico da revolução” (PISTRAK, 2018, p. 40), com a missão de romper com as relações de exploração do trabalhador e redimensionando-o para uma formação que vise à compreensão do mundo, à emancipação humana e cidadã. Portanto, Saviani (2003, p. 13) afirma que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Apenas sob essa premissa que a formação integral humana seria efetivamente oferecida.

A formação humana integrada, na perspectiva da omnilateralidade, propõe a superação da divisão do trabalho entre o trabalho manual e a atividade intelectual, presente no capitalismo. Assim, Manacorda (1991, p. 81) refere-se à omnilateralidade como:

[...] uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho.

O homem omnilateral, assim, desenvolve-se em todos os sentidos, por completo, sendo preparado para o exercício da cidadania e contrapondo-se à unilateralidade, que não permite a reflexão histórica, de modo que o homem é educado exclusivamente para executar uma atividade manual, gerada pela divisão do trabalho.

Essa compreensão é essencial para a construção de uma formação integral capaz de criar novas oportunidades para os(as) estudantes do ensino profissionalizante, além dos interesses do mercado de trabalho formal:

Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria um fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005, p. 36).

Posto isso, a educação profissionalizante como ação humanizadora passa pela concepção de uma formação omnilateral em que o trabalho é concebido como princípio educativo. Não obstante, o que se deseja é que o exercício do trabalho não seja apenas para atender os interesses de mercado, mas ampliar oportunidades no mundo do trabalho. Nessa trajetória, o trabalho enquanto ação humana sobre a natureza é a fonte primitiva da

humanização, mas, quando constituído sob a lógica do capital, torna-se exploratório e alienado.

2.2.1 EMI e o trabalho como princípio educativo na formação técnica

O EMI tem uma concepção de educação profissional comprometida com a formação humana, tendo como um dos seus pilares a categoria trabalho como princípio educativo. Assim, para Ramos (2008, p. 4), “considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade, e por isto, possui o poder de apropriar-se dela para transformá-la”.

Nesse âmbito, o sistema educacional forma para o exercício da atividade laborativa e para a formação do sujeito em todas as dimensões do ser humano, interligando-se à concepção de formação humana integral. Para tanto, Saviani (2007) discorre sobre a importância da escola de ensino médio na articulação do processo produtivo e da educação, referenciando-se no trabalho como princípio educativo:

[...] no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo (SAVIANI, 2007, p. 160).

Desses pressupostos, o trabalho como princípio educativo, na organização do currículo integrado para a estruturação da escola de ensino médio integrado profissionalizante, busca um resgate da categoria trabalho como um processo de formação do ser humano, com o objetivo de articular as ações de executar e pensar, fragmentadas pelo processo produtivo vigente. Desse modo, destaca-se a reflexão de Brasileiro Filho (2013, p. 55), a partir da concepção de Gramsci, em relação ao trabalho como princípio educativo:

Um aspecto a ser considerado no imanente princípio educativo do trabalho, proposto por Gramsci, é que este tem como principal função a instituição de um novo ideal humanista, perdido com a degradação da escola tradicional e a degenerescência das escolas profissionais, que apenas formavam trabalhadores para atender interesses práticos imediatos, resgatando o papel de uma “escola formativa” e orientadora de uma nova tradição de formação cultural, de concepção de vida e de homem.

A proposta gramsciana de princípio educativo se fundamenta no conceito do trabalho

histórico-ontológico e emancipatório, na centralidade do trabalho como constituição do ser social. Desse modo, a compreensão do trabalho como princípio educativo está relacionada à categoria trabalho como forma do homem e da mulher atuarem sobre a natureza, sobre outros seres humanos e sobre si mesmos, produzindo conhecimento e compreendendo o mundo para a transformação necessária para a sua emancipação.

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo” (FRIGOTTO *et al.* 2005, p. 2).

Assim, o trabalho como princípio educativo expressa o caráter formativo do trabalho e sua relação com o processo educativo. Além disso, compreende o homem como um ser social, relacionando o conhecimento humanista e tecnológico, sistematizando a relação entre teoria e prática e a indissociabilidade do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, categorias do ser humano social, consciente e transformador de sua realidade. No ordenamento do EPT no qual o EMI à formação técnica se enquadra, observa-se, na recente DCN-EPT, entre os seus princípios:

[...] centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia (BRASIL, 2021).

Apesar dos princípios expressos, são muitos os desafios para o trabalho ser assumido como processo de formação humana, superando a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual no âmbito escolar, na medida em que a produção dos meios de existência se faz no contexto do sistema capitalista. No entanto, Kuenzer discorre sobre o papel da escola:

Ensinar a conhecer, enquanto capacidade de agir teoricamente e pensar praticamente, é a função da escola; e este aprendizado não se dá espontaneamente através do contato com a realidade, mas demanda o domínio das categorias teóricas e metodológicas através do aprendizado do trabalho intelectual. As novas demandas de articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito reforçam a escolarização em níveis cada vez mais ampliados e com maior qualidade como condição necessária à inserção e permanência nas relações sociais e produtivas para os que vivem do trabalho (KUENZER, 2003, p. 66).

Portanto, a proposta do ensino integrado representa um compromisso com práticas educativas emancipatórias para a formação integral dos jovens trabalhadores, em detrimento de

um itinerário formativo técnico no qual predomina a divisão acentuada entre as atividades técnicas/manuais e as gerenciais/intelectuais, tornando o trabalho fragmentado, sucumbindo com a prerrogativa da totalidade e tornando, assim, o trabalhador alienado.

Salienta-se que é no estágio curricular que o estudante do EMI tem a oportunidade de vivenciar o mundo real do trabalho, e, quando abordamos o princípio educativo no estágio, buscamos promover a imersão do estagiário no mundo do trabalho baseada no ideal humanista. Dessa forma, o estagiário poderá se sentir educado pelas atividades no estágio, a partir da compreensão da teoria e da prática, produzindo conhecimentos e, por meio do seu trabalho, alcançando a sua emancipação pela compreensão sobre a indissociabilidade entre a formação teórica e prática.

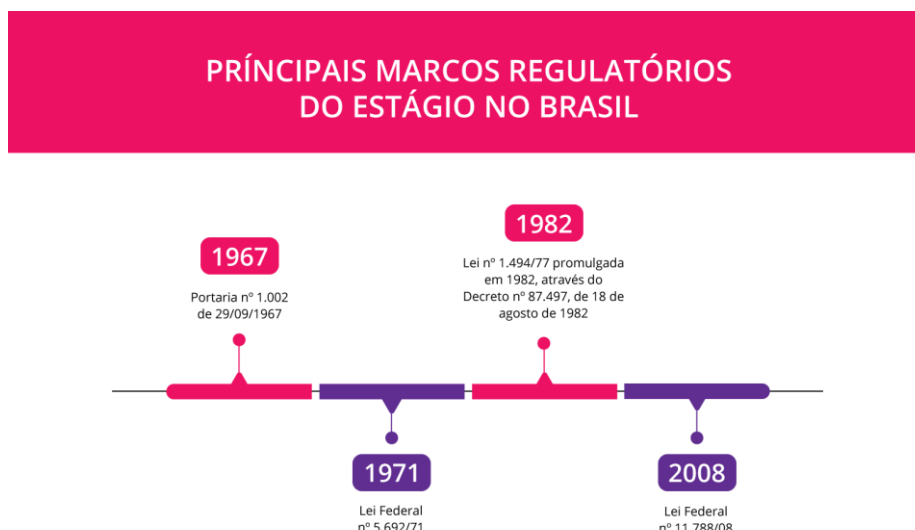
2.3 Estágio Curricular Supervisionado e o EMI

O estágio curricular supervisionado tem como propósito a integração entre os saberes adquiridos no decorrer do curso, a partir da dimensão da prática em um ambiente real de trabalho, quando previsto nos projetos pedagógicos de cursos.

Na concepção do EMI, propõe-se dialogar sobre o estágio na formação integral do(a) estudante, dentro de uma abordagem do princípio educativo do trabalho, na qual o estágio tem um forte caráter integrativo pela práxis no campo do trabalho, promovendo ao estagiário a inserção no processo produtivo, a partir de uma compreensão da realidade e das condições para modificá-la. Conforme Ciavatta (2012, p. 93), trata-se do sentido transcendente da educação como “capacidade de conhecer e de atuar, de transformar e de ressignificar a realidade”, na construção do conhecimento científico.

Na oferta do estágio como componente curricular, são observadas questões pedagógicas e legais a respeito. No âmbito das normas e legislações que disciplinam o estágio no Brasil, observam-se marcos reguladores que culminaram com a atual Lei de Estágio nº 11.788/08. Na Figura 1, observa-se uma linha cronológica com os principais marcos regulatórios.

Figura 1 - Principais marcos regulatórios do estágio no Brasil



Fonte: Adaptado de Lovato (2020).

A Portaria nº 1002, de 29 de setembro de 1967, sancionada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, Jarbas Passarinho, instituiu nas empresas a categoria de estagiário e foi o primeiro grande marco com a incipiente regulamentação do estágio. As empresas poderiam admitir estagiários oriundos e encaminhados pelas faculdades ou escolas técnicas. Estabeleceu, ainda, os direitos e deveres do estagiário e da empresa; instituiu o contrato padrão de Bolsa de Complementação Educacional, no qual eram definidos o horário do estágio e duração, a bolsa e o seguro de vida contra acidentes pessoais que seriam ofertados pela empresa; e instituiu a emissão de uma carteira profissional de estagiário, por especialidade, pelo próprio Ministério (BRASIL, 1967). Em síntese, disciplinou a relação entre as empresas e os estagiários, uma grande conquista para os estagiários.

Posteriormente, a Lei nº 5.692/71, ao fixar diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, regulamentou o caráter profissionalizante do ensino de segundo grau e trouxe a concepção da realização no regime de cooperação, segundo o artigo 6º da lei:

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as emprêsas (sic). Parágrafo único. O estágio não acarretará para as emprêsas nenhum vínculo de emprêgo, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento (BRASIL, 1971).

Nota-se uma mudança na relação entre mercado de trabalho e escola, implementando processos de planejamento para a implantação da política de profissionalização em

conformidade com as necessidades profissionais do mercado de trabalho da época. Percebe-se que as normativas criadas, com o currículo pleno com uma parte de educação geral e outra de formação especial, eram definidas mediante as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados (BRASIL, 1971), sendo as escolas responsáveis por atender a demanda da formação da mão de obra de nível médio. Desse modo, estabeleceu-se o caráter profissionalizante do ensino de segundo grau/médio.

Ainda na década de 1970, foi promulgada a Lei nº 6.494/77, que, por meio do Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, foi regulamentada. A lei normatizou os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e deu outras providências. Para o estágio ocorrer, era necessário que as empresas tivessem “condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo, o estudante, para esse fim, estar em condições de estagiar, segundo o disposto na regulamentação da presente Lei”, primeiro parágrafo do artigo primeiro. No artigo terceiro, foi normatizado que a “realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, como interveniência obrigatória da instituição de ensino”.

Nesse viés, o Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, traz a primeira conceitualização de estágio:

Art 2º. Considera-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

O artigo supracitado disciplinou o estágio de estudantes em estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica, e deu outras providências.

Por fim, a Lei Federal nº 11.788/08 é a atual regulamentação sobre todos os aspectos do estágio. No seu artigo primeiro, observa-se o conceito atualizado de estágio:

Art. 1º. Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Portanto, observando os marcos regulatórios nacionais citados, constata-se que vão se

modificando de acordo com as questões inerentes ao contexto político, social e econômico brasileiro de cada momento histórico, para atender às condições em que estão inseridos. No entanto, o fator comum em todos os regulamentos é que o estágio, em hipótese alguma, é considerado como emprego, e traz regulamentações para as instituições de ensino, as concedentes de vagas de estágio e para os estagiários.

Sob o prisma das legislações, o governo do estado do Ceará editou uma legislação própria, o Decreto nº 30.933 de 29 de junho de 2012, que instituiu o Programa de Estágio para alunos e egressos do ensino médio da rede pública estadual, voltado à formação técnica e qualificação profissional. Como destaque, observam-se meios para que os(as) estudantes da rede profissionalizante do estado, que estejam frequentando a escola, possam cumprir o estágio obrigatório ou não obrigatório dentro das diretrizes das ações e projetos pedagógicos desenvolvidos pela SEDUC/CE, frente à necessidade de garantir o incentivo à inserção do educando no mundo do trabalho.

Entre os meios definidos no decreto, observam-se o seguro contra acidentes pessoais, aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), auxílio transporte e a concessão da bolsa estágio para o estágio obrigatório. A bolsa estágio não é prevista pela lei do estágio para a modalidade de estágio obrigatório, sendo uma concessão do estado do Ceará para fornecer um apoio financeiro aos estagiários.

Em 2016, o Decreto nº 32.075 alterou os dispositivos que tratam sobre auxílio transporte e acrescentou outras providências necessárias para aperfeiçoar o funcionamento do programa de estágio, alterando os artigos 5, 6 e 8 do decreto anterior.

Salienta-se que foram acrescidos os prazos, a partir da data inicial do estágio, para a conclusão, conforme Tabela 4:

Tabela 4 - Prazos para a conclusão do estágio

Carga Horária Total	Prazo para o Estágio
400 horas	Até 6 (seis) meses consecutivos
600 horas	Até 8 (oito) meses consecutivos

Fonte: Ceará (2016).

O pagamento da bolsa estágio poderá ser suspenso quando ocorrerem as seguintes situações:

- I – pelo afastamento, justificado e aprovado pela COEDP/SEDUC, do curso em que o estagiário esteja matriculado;
- II – por conduta incompatível com os objetivos do estágio ou descumprimento de qualquer obrigação assumida na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso de estágio (CEARÁ, 2016).

Todavia, o pagamento pode ser cessado nas hipóteses a seguir: “I – pelo abandono, interrupção ou conclusão do curso em que o estagiário esteja matriculado; II – pelo não cumprimento da carga horária total do estágio na forma prevista neste artigo” (CEARÁ, 2016).

Nessa trajetória, a concedente de estágio não tem ônus com o estagiário, e as despesas decorrentes da concessão da bolsa estágio prevista correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria da Educação ou da Secretaria do Trabalho e Ação Social, conforme o caso.

Para além das questões legislativas, administrativas e financeiras, o estágio supervisionado é um ato educativo e tem sua dimensão didático-pedagógica para a articulação entre teoria e prática. De acordo com Colombo e Ballao (2014, p. 172), a complementaridade entre o saber e o fazer para a formação profissional é desenvolvida no estágio, onde:

O conhecimento obtido durante a trajetória escolar pode ser medido por meio da execução prática de uma tarefa, e esta, dialeticamente, impõe arranjos, ajustes e revisão na construção teórico intelectual do educando. O saber e o fazer se complementam, embora sejam ações que possam ser antagônicas conceitualmente. Esta complementaridade evidencia a importância do estágio na formação profissional e tecnológica, pois trata-se de uma oportunidade educativa de reforço mútuo entre a teoria e a prática

A complementaridade em tela compreende uma atuação com base no campo do conhecimento, não restrita à pura instrumentalização da prática, para o desenvolvimento das habilidades necessárias para a atuação no processo produtivo como um profissional capaz de resolver situações diversas de forma assertiva e executar práticas.

O estágio como espaço educativo e vivência prática profissional é descrito por Pimenta (1995, p. 21) como “[...] atividades que os alunos deverão realizar durante o seu curso de formação, junto ao campo futuro de trabalho”. Observa-se que Buriolla (1995, p. 11-13) reflete sobre o estágio como um *locus* fértil para o aprimoramento da futura prática profissional:

É o *locus* apropriado onde o aluno estagiário treina o seu papel profissional, devendo caracterizar-se, portanto, numa dimensão de ensino-aprendizagem operacional, dinâmica, criativa, que proporcione oportunidades educativas que levem à reflexão dos modos de ação profissional e de sua intencionalidade, tornando o estagiário consciente de sua ação [...].

Do exposto acima, quando o estagiário no local do estágio analisa a sua prática e o contexto no qual está inserido, de forma consciente do seu papel transformador, ele reflete sobre as concepções de mundo, gera indagações, reflete e age, a partir dos conteúdos humanísticos e profissionais estudados e aplicados de forma indissociável nas vivências do estágio. O campo de estágio se torna, dessa forma, um espaço para a construção da formação profissional e do caráter cidadão dos estudantes.

Na concepção de Cunha e Holanda (2007, p. 41-5), o estágio supervisionado:

[...] surge como um espaço privilegiado do currículo para o desenvolvimento do processo identitário do aluno através da intervenção no real, ao propiciar a oportunidade dele se deparar com a realidade concreta de sua profissão a partir da vivência da prática profissional. [...] como o espaço do desenvolvimento não só cognitivo, como da personalidade, integrando todo o ser do educando e, em última instância, proporciona ao aluno o espaço para aprender a ser e aprender a aprender.

Cunha e Holanda (2007), dentre os pilares⁵ da educação, enfocam para o estágio: aprender a ser e aprender a aprender. No âmbito do estágio, busca-se uma mudança na forma de profissionalizar para o trabalho e preparar o ser humano para a vida. O aprender a ser visa preparar o(a) estudante integralmente para agir de forma autônoma e crítica, e, nesse sentido, Delors (1998, p. 89) afirma que “à educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele”, contribuindo para o desenvolvimento em todas as dimensões do homem e da mulher. O aprender a aprender traz concepções para além da operacionalização das técnicas profissionais. Delors (1998, p. 92) afirma ainda que: “Aprender para conhecer supõe, antes de tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento”.

Nesse sentido, o papel do professor orientador de estágio, na construção desse processo educacional, torna-se primordial para criar condições que estimulem a formação do ser e a aprendizagem consciente no campo de estágio.

No contexto do EMI, o estágio curricular é previsto no itinerário formativo profissional como requisito para a conclusão do curso profissionalizante e tem por objetivo a preparação para o mundo do trabalho, por meio dos desafios práticos, no exercício do processo de saber fazer, relacionando a teoria à prática no ambiente profissional. Os princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação técnica têm como prerrogativa associar os conhecimentos e habilidades para a profissionalização. Saviani (2007, p. 160) aponta que o “papel fundamental

⁵ O relatório da Unesco publicado em 1996, presidido por Jacques Delors, definiu quatro pilares da Educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho”, formando sujeitos capazes de tomar suas próprias decisões, emancipando-se.

O estágio supervisionado é a culminância da preparação para a atuação como profissional da área de estudo. No campo de estágio do técnico em hospedagem, por meio do plano de atividades de estágio, são desenvolvidas competências técnicas para a atuação profissional relacionadas à recepção e governança em meios de hospedagem, execução de atividades operacionais de recepção e atendimento a clientes, serviços de andares e prestação de suporte ao hóspede durante a estada, valorizando as características culturais, históricas e ambientais do local de sua atuação (PLANO DO CURSO, 2014).

No entanto, salienta-se que o estágio, em uma abordagem do princípio educativo do trabalho, passa pela interlocução entre teoria e prática, de forma reflexiva e autônoma pelo estagiário. A compreensão da articulação entre as disciplinas teóricas e práticas no campo de estágio não pode ser restrita ao saber fazer, mas, para além disso, o estudante precisa compreender a sua realidade na totalidade, para uma formação integral e, assim, transpor a dualidade entre o ensino propedêutico e o técnico, constituindo-se homem por meio do seu trabalho.

Para tanto, conforme Ciavatta (2008, p. 408), institui-se o “caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano”. A educação, portanto, é uma forma de humanização do ser humano, conforme salienta Pimenta (1995, p. 84):

A educação é prática social que ocorre nas diversas instâncias da sociedade. Seu objetivo é a humanização dos homens, isto é, fazer dos seres humanos participantes dos frutos e da construção da civilização, dos progressos da civilização, resultado do trabalho dos homens. Não há educação a não ser na sociedade humana, nas relações sociais que os homens estabelecem entre si para assegurar sua existência.

O estágio é, portanto, uma etapa importante da aprendizagem da profissão que deve conduzir reflexões sobre as concepções de mundo, integrando a proposta educativa para uma formação humanizadora do trabalhador.

2.3.1 Práxis: articulação entre teoria e prática no estágio supervisionado

O conceito filosófico de práxis pode ser diferente de acordo com os momentos históricos e sua organização do modelo de produção. As primeiras concepções surgiram na antiguidade

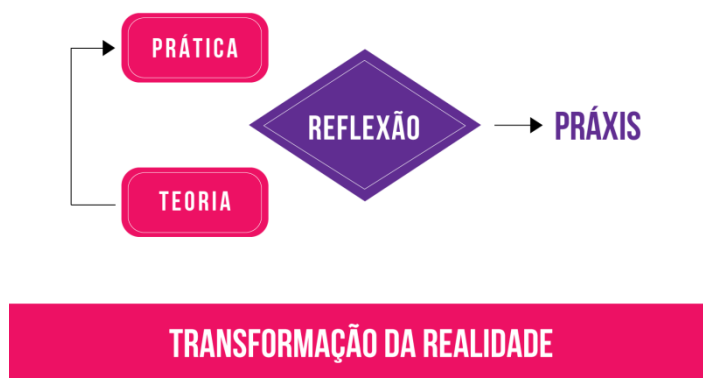
clássica com Aristóteles, posteriormente aprofundadas por Karl Marx.

De acordo com Silva (2017), os modelos de produção escravista e o manufatureiro capitalista definiram conceitos distintos de práxis. Na antiguidade, o modo de produção escravista valorizava as atividades contemplativas, próprias dos senhores e dos cidadãos, enquanto os escravos exerciam as atividades produtivas. Existia um distanciamento entre trabalho manual (prática) e a contemplação pura (teoria), que era separada da ação, baseada nas instâncias moral e política da época. No período do renascimento, com o fortalecimento da classe burguesa e proletária, pela instituição do modelo de produção manufatureiro, o trabalho material passou a ser valorizado, sendo a base para a contemplação e se aproximando do trabalho intelectual com a revolução industrial.

No capitalismo, com a solidificação da divisão social entre os donos dos meios de produção e trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, preconizou-se a importância da concepção de práxis, a partir da teoria marxista. Isso se deu no sentido de que a prática deve ser uma ação reflexiva a partir da teoria, confrontando as contradições da realidade, destacando a importância da indissociabilidade entre teoria e prática, de forma que a teoria dialogue, observe e transforme a realidade pela prática fundamentada pela ação reflexiva.

Dessa forma, ações sem consciência/reflexão são apenas práticas sem modificação na realidade, solidificadas pelo senso comum. Freire (1997, p. 10) corrobora afirmando que “a consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz da práxis – como atividade social transformadora – seu objeto, não produz nem pode produzir [...] uma teoria da práxis”. A Figura 2 ilustra a relação entre a teoria e a prática para a práxis e o papel central da reflexão:

Figura 2 - Sistematização entre teoria e prática para a práxis



Fonte: Própria autora (2022).

Nesse sentido, o entendimento da categoria práxis como articulação indissociável entre teoria e prática é uma forma de constituir, por meio da educação, uma classe trabalhadora composta por cidadãos autônomos e críticos, capazes de transformar a sua realidade e a si mesmos. Vázquez (1977, p. 185) discorre sobre a amplitude da práxis como uma atividade transformadora:

[...] a práxis é uma atividade conscientemente orientada, o que implica não apenas as dimensões objetivas, mas também subjetivas da atividade. Dizendo de outro modo, a práxis não é apenas atividade social transformadora, no sentido da transformação da natureza, da criação de objetos, de instrumentos, de tecnologias; é atividade transformadora também com relação ao próprio homem que, na mesma medida em que atua sobre a natureza, transformando-a, produz e transforma a si mesmo.

Na práxis, a partir da concepção do materialismo histórico dialético, o homem tem o poder de transformar sua realidade pela sua interpretação, por meio de novos questionamentos e novas verdades, pois a realidade está em movimento, posto que o materialismo histórico dialético fundamenta-se no movimento real da sociedade. Dessa maneira, Frigotto (1989, p. 73) relata que é preciso:

[...] Demarcar a dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade.

Diante da interlocução com a filosofia marxista no contexto da prática do estágio supervisionado, percebe-se o fortalecimento das concepções emancipatórias para a formação da classe trabalhadora, oportunizando uma formação de profissionais reflexivos e críticos para atuar no campo da sua formação. Vázquez (2007, p. 28-29) discorre que:

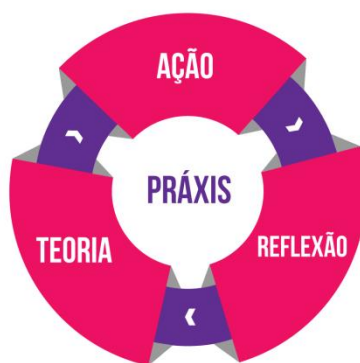
Assim, o estágio deve integrar a proposta pedagógica e os instrumentos de planejamento curricular do curso, sendo planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos. Mostrando-se capaz de contribuir para o processo ensino-aprendizagem, se constituindo em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural científico e de relacionamento humano.

A práxis no campo de estágio é preconizada ao estudante no momento em que é possível articular conteúdos teóricos no âmbito da prática, de forma consciente, e produzir conhecimentos, autonomia e criticidade. Vázquez (2007, p. 236) reflete que “entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passo

indispensável para desenvolver ações reais efetivas.” A teoria deve conduzir as ações refletidas, por meio de questionamentos, interposições de forma consciente, enquanto fundamentação teórica, articulando-se com a prática reflexiva enquanto ação real efetiva. Sem a reflexão, temos a execução da prática sem transformação da realidade, que se caracteriza por refutar a teoria.

A Figura 3 mostra o ciclo contínuo que deve existir entre a teoria, a ação e a reflexão para a práxis. Percebe-se que ação e a reflexão são articuladas à teoria.

Figura 3 - Práxis



Fonte: Própria autora (2022).

Um dos princípios do EMI é inerente à formação humana em sua totalidade. Assim, a articulação entre teoria e prática, no estágio supervisionado, é complementar para essa formação, na qual as ações de executar e pensar são empregadas concomitantemente. Portanto, a práxis no processo educacional do(a) estudante propõe a compreensão da realidade e atuação sobre ela e sobre si mesmo.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

O presente estudo foi delineado a partir de uma abordagem qualitativa. Marconi e Lakatos (2004, p. 62) explicam que “uma pesquisa de ordem qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. A natureza qualitativa foi impressa pela pesquisa interpretativa e participativa, a partir da análise detalhada do conteúdo.

Assim, esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caráter exploratório-descritivo, fundamentando-se no estudo de caso que, segundo Gil (2008), trata-se de um estudo profundo e exaustivo de um determinado objeto, para conhecê-lo de forma ampla e detalhada.

Gil (2002, p. 42) afirma que “as pesquisas exploratórias têm como objetivo primordial proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”. Ainda segundo o autor, “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a existência dessa relação” (p. 28).

Desse modo, como já apontado anteriormente nos objetivos deste estudo, podemos inferir qual a melhor metodologia proposta para alcançá-los. Em nossa análise, trata-se do estudo de caso, o mais adequado, alinhando-se à análise de conteúdo de textos legais e normativos expostos.

Assim, como o presente estudo partiu de uma abordagem qualitativa de pesquisa, utilizamos como metodologia o estudo de caso. Segundo Yin (1994), o estudo de caso é uma investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, enfatizando o conhecimento de uma unidade em particular, possibilitando compreendê-la dentro de um contexto em que surgem perguntas centrais do tipo “por quê?” e “como?”. Esse tipo de pergunta auxilia o pesquisador em um cenário no qual ele tem pouco controle sobre os eventos e/ou quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001, p. 19).

Ainda segundo Yin (2001, p. 21), “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Nesse sentido, esta metodologia atenderá aos objetivos da pesquisa proposta, pois a especificidade desta investigação relaciona-se diretamente com a realidade singular em que se encontram os sujeitos da pesquisa. “A visão mais apropriada dessas estratégias diferentes é

pluralística. Pode-se utilizar cada estratégia por três propósitos – exploratório, descritivo ou explanatório” (YIN, 2001, p. 23). No caso específico desta pesquisa, serão utilizadas as três estratégias: exploratória, descritiva e explanatória, dada a temática investigada neste estudo.

Assim,

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal (YIN, 2001, p. 23).

O estudo de caso, nesta pesquisa, constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e utilizando múltiplas fontes de dados, propondo-se a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado no lócus particular e identificado para a pesquisa.

Ainda, neste estudo utilizaremos a análise de dados com um método que pode ser utilizado tanto em pesquisas quantitativas como em pesquisas qualitativas, com aplicações diferentes e de acordo com os objetivos do estudo.

3.2 Lócus da pesquisa

Entre os procedimentos metodológicos, destacamos o lugar em que foi realizada a pesquisa. O estudo de caso foi realizado em duas escolas de ensino médio profissionalizantes do estado do Ceará, que ofertam o curso técnico em hospedagem. Para preservar a identidade das escolas, foram denominadas de Escola A e Escola B; para preservar o anonimato dos participantes, foram adotadas abreviaturas e as falas foram identificadas pela letra “E” para os entrevistados e “EH” para os(as) egressos(as) do curso técnico em hospedagem, seguidos de números, quando necessário.

Os sujeitos da pesquisa foram os professores orientadores de estágio, coordenadores de curso e estudantes egressos. Na escola A, o coordenador de curso também atua como professor orientador (E1); na escola B, participaram a coordenadora do curso (E2) e uma professora orientadora de estágio (E3).

O critério para a escolha das escolas foi a localização, na cidade de Fortaleza, em bairros opostos geograficamente, e por serem escolas que ofertam o curso técnico em hospedagem há mais de cinco (5) anos, de forma contínua. Inicialmente, foi realizado contato telefônico e por e-mail com os diretores das escolas, para agendar uma visita e explicar os objetivos da pesquisa, solicitando a autorização para a realização. Na escola A, o primeiro contato com a coordenação de curso se deu no momento da reunião com a direção; já na escola B, foi por ligação telefônica. Posteriormente, foram agendados dia e horário para a realização das entrevistas com o E1, E2 e E3.

A comunicação com os alunos egressos se deu por intermédio das coordenações de curso, que possuem contato via *whatsapp* com eles. Como critérios para a participação, era necessário ter mais de 18 anos e ter concluído o curso entre os anos de 2019 a 2022. Foi elaborado um texto fazendo um convite para a participação voluntária e disponibilizado o link do formulário com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi enviado pelos coordenadores. Observou-se pouco engajamento dos alunos egressos para participar da pesquisa.

3.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados a partir de fontes documentais, levantamento de cunho bibliográfico, aplicação de questionário on-line e entrevistas com roteiro com questões semiestruturadas.

Através do processo nº 07207441/2022, foram solicitados à Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP) documentos que regulamentam o estágio supervisionado desenvolvido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional e informações sobre o curso técnico em hospedagem. Foram disponibilizados:

Quadro 3 - Documentos que regulamentam o estágio nas EEEPs disponibilizados

Plano de curso do curso técnico em hospedagem integrado ao ensino médio - 2014
Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 0386/2021, de 17 de novembro de 2021
Decreto nº 32.075, de 31 de outubro de 2016
Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012

Fonte: Própria autora (2022).

Também foram realizadas consultas às páginas no site da SEDUC/CE referentes às escolas profissionalizantes; e consultas às legislações nacionais⁶ que estabelecem normativas para a educação profissional e tecnológica e sobre o estágio.

O levantamento bibliográfico possibilitou a construção da fundamentação teórica da pesquisa. Realizou-se um aprofundamento teórico a partir de leitura sistematizada e análise da literatura geral e específica. Isso contribuiu também com a análise e interpretação (autor-dados-teoria-e-bibliografia) durante toda a pesquisa. Segundo Deslauries e Kérisit (2008, p. 134), “[...] é preciso ler o que os outros escreveram antes de nós; de certa forma, subir sobre seus ombros para conseguir ver mais além [...]”.

Os questionários on-line, formato escolhido por alcançar uma maior quantidade de sujeitos pesquisados(as), foram eficazes em relação ao tempo para aplicações e resolução por parte dos respondentes, por não exigir deslocamento e poder ser realizado pelo smartphone, reduzindo custos e facilitando a pesquisa. Assim, foram direcionados aos(as) estudantes egressos(as) (Apêndice A). As perguntas foram abertas e de múltipla escolha, para aferir o grau de concordância com as afirmativas propostas. A partir dessa coleta, foi possível verificar a compreensão dos(as) estudantes egressos sobre o estágio curricular, suas dificuldades e seu entendimento acerca das bases conceituais do EMI.

As entrevistas semiestruturadas com as coordenações de curso (Apêndice B) e professora orientadora de estágio (Apêndice C) foram realizadas presencialmente e por meio virtual. Tiveram como objetivo entender todo o processo de captação de vagas de estágio, realização do estágio e acompanhamento. Para a coleta de dados virtual, foram observadas as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, publicadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), resguardando a ética.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE, sendo aprovada através do parecer nº 5.403.395, em 12 de maio de 2022, com o CAAE nº 57554122.1.0000.5589. Todos os sujeitos da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para leitura, preenchimento e assinatura, que foi disponibilizado como primeira parte do questionário e que se encerra com as opções “concordo” e “não concordo”. A partir da concordância, o participante teve acesso às perguntas do questionário, além de receberem a versão para impressão assinada.

⁶ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007; Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021; Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.

Para análise dos dados, foi utilizada a técnica da análise temática, que, de acordo com Braun e Clarke (2006, p. 4), é um tipo de análise que “deve ser vista como um método fundamental para análise qualitativa e é o primeiro método que os pesquisadores deveriam aprender, pois fornecem habilidades básicas que serão úteis para realizar muitas outras formas de análise qualitativa”. Além disso, ainda de acordo com os autores, a análise temática não é apegada a qualquer arcabouço teórico pré-existente e, por conseguinte, ela pode ser utilizada em diferentes quadros teóricos (embora não todos), e pode ser usada para fazer coisas diferentes dentro deles.

A proposta de análise temática é composta de seis fases, de acordo com Braun e Clarke (2006):

Fase 1: familiarizar-se com os dados;

Fase 2: gerar códigos iniciais;

Fase 3: busca de temas;

Fase 4: rever temas;

Fase 5: definir e nomear temas; e

Fase 6: produzir o relatório.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estágio supervisionado é um componente curricular de extrema importância dentro da concepção do ensino médio integrado, no contexto da educação profissional. No âmbito das EEEPs, a Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP) e a Célula de Promoção e Acompanhamento de Estágios (CEPAE) são os responsáveis pela organização e normatização desse estágio.

Partindo da análise documental, verifica-se que o estágio curricular ocorre no terceiro ano, prioritariamente, a partir do segundo semestre. Trata-se de um componente curricular previsto no Plano de Curso, portanto, tem um caráter obrigatório.

De acordo com a Lei nº 11.788/08, no artigo 2º, o estágio pode ter caráter obrigatório ou não obrigatório. Configura-se como obrigatório quando é previsto no projeto do curso e o cumprimento da carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. É não obrigatório quando é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Em nenhuma das formas gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

Sobre as ações necessárias para a realização do estágio curricular do curso técnico em hospedagem, foi perguntado ao coordenador do curso da escola A e à coordenadora da escola B, entrevistado (E1) e entrevistada (E3), respectivamente, sobre como é a dinâmica para obtenção de vagas, documentações e atores para o desenvolvimento do estágio. Foi possível compilar e organizar as informações prestadas em quatro (4) etapas. O quadro 4 a seguir apresenta as ações de forma sistematizada, para cada etapa, destacando que todas as ações são orientadas pela COEDP:

Quadro 4 - Etapas e atividades para a realização da disciplina de estágio curricular

Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
Captação de Estágio	Inserção no Estágio	Acompanhamento	Conclusão
★ Mapeamento das empresas; ★ Seminário de Capacitação de Estágio; ★ Visitas às empresas, órgãos ou instituições.	★ Elaboração do Termo de Consentimento de Estágio; (TCE) ★ Plano de Estágio; ★ Carta de Apresentação do Aluno; ★ Cronograma de Visita do	★ Visita em Campo pelo Professor Orientador de Estágio; ★ Mediação que corresponde ao momento de avaliação e socialização das experiências, assim como alinhamento das	★ Elaboração do Termo de Realização de Estágio (TRE); ★ Recebimentos dos relatórios finais; ★ Lançamentos dos relatórios e da nota final no sistema SICE.

	Orientador.	práticas estágio.	de	
--	-------------	----------------------	----	--

Fonte: Própria autora (2022).

A COEDP é a responsável por operacionalizar todos os registros do estágio e emissão de documentos, através do Sistema Informatizado de Captação de Estágios (SICE). A partir dele, são realizados o “monitoramento de captação de vagas, o acompanhamento e avaliação dos processos de formalização jurídica, financeira e pedagógica dos estágios” (PLANO DE CURSO, 2014, p. 19). Assim, é um sistema desenvolvido para gerar os documentos, registrar notas e arquivar o relatório final de estágio.

O TCE é o documento que formaliza juridicamente o estágio supervisionado. A sua emissão é obrigatória e o estudante só entrará em campo depois de emitido e rubricado com as assinaturas necessárias.

Para que o Estágio Supervisionado inicie, é necessária a existência de um instrumento jurídico (Termo de Compromisso de Estágio - TCE) onde estarão acordadas todas as condições de sua realização, iniciando o estágio somente após as assinaturas das partes interessadas, no caso, a concedente, a escola, o estudante e, se este for menor de idade, seu responsável legal (MANUAL DO ESTÁGIO, 2017, p. 3).

Um importante documento que integra o TCE é o plano de atividade de estágio (Anexo A), disponibilizado como anexo. Nele, são expressas as competências para as áreas de atuação do estagiário na empresa.

Ao finalizar o estágio, obrigatoriamente, o TRE será gerado pelo professor orientador, para o preenchimento pelo representante da concedente do estágio. Nesse documento, são realizados as avaliações e o registro do cumprimento da carga horária.

Os principais atores para a oferta do estágio são a coordenação do curso, o(a) professor(a) orientador(a) e o supervisor do estágio. As etapas para a realização do estágio são executadas pela coordenação do curso e professor(a) orientador(a). O(a) supervisor(a) de estágio é responsável pelo acompanhamento diário dentro da empresa concedente da vaga de estágio.

Quando perguntados sobre quais as principais dificuldades enfrentadas no processo do estágio, o entrevistado E1 relatou os problemas que vão surgindo quando os(as) estudantes estão em campo e o deslocamento dos professores orientadores para realizar as visitas. A entrevistada E3 também relatou a questão do deslocamento e a dificuldade na comunicação entre professores orientadores e supervisores de estágio, principalmente para obter a avaliação do estagiário.

Perguntou-se sobre a existência de algum material explicativo sobre o processo de estágio, que fosse disponibilizado para os atores envolvidos no processo. O entrevistado E1 e a entrevistada E3 informaram que não existia material específico para cada ator envolvido no processo. No entanto, a coordenação de curso orienta-se pelo plano de curso e pelo guia de estágio⁷ desenvolvido pela COEDP, que está organizando em três (3) eixos: pedagógico, jurídico e financeiro. A partir de uma análise dos documentos, observou-se que, em nenhum momento, o trabalho como princípio educativo é abordado e motivado.

A concepção do trabalho como princípio educativo é um pilar para que a formação integral aconteça. Para tanto, é necessário que o(a) estagiário(a) tenha condições de relacionar de forma reflexiva a teoria e a prática, produzindo transformações em sua realidade. Essa condição é estabelecida se houver um processo formativo voltado para a compreensão de conhecimentos.

No decorrer do estágio, o(a) estudante tem o acompanhamento do(a) professor(a) orientador(a) de estágio da instituição de ensino, por meio das visitas regulares às empresas e mediações na escola. O entrevistado E1 e a entrevistada E2 atuam como orientador(a) de estágio e estão nessa função há 12 anos e há 5 anos, respectivamente, nas escolas A e B. Aos participantes da pesquisa, foi indagado se receberam algum tipo de formação específica para atuar nessa função, e ambos registraram que não receberam nenhum tipo de formação específica. O entrevistado E1 relatou que a coordenação do curso passa as informações necessárias e faz todo o gerenciamento no âmbito da escola. A entrevistada E2 citou que, periodicamente, ocorre a reunião pedagógica, mas não é voltada para o estágio.

Moura (2014, p. 33) aborda a importância de o(a) professor(a) ter consciência de que pertence à classe trabalhadora, pois, “em uma visão mais ampla considera-se trabalhador aquele cuja atividade laboral está submetida à relação de compra e venda da força ou da capacidade de realizar determinada atividade por meio de remuneração, mediante um contrato de trabalho [...]”. A partir dessa compreensão, surge o compromisso ético-político com as questões da classe trabalhadora e, nessa conjuntura, com um projeto de formação humana emancipada, integral e omnilateral. Para além da operacionalização da parte burocrática e conhecimento das legislações, é necessário um projeto educativo comprometido com a formação pedagógica dos(as) professores(as) e que aborde as concepções-base do EMI, bem como ambiente o(a) professor(a) orientador(a) aos princípios de uma formação humana integral. Moura (2014, p. 89) complementa evidenciando que:

⁷ Guia de Estágio: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/documentos/Guia_do_Estagio_2017.pdf

[...] cabe evidenciar que há dois movimentos importantes de aproximação entre a educação profissional e a educação básica no que se refere à formação docente. Um está relacionado com a aproximação do docente das disciplinas consideradas específicas da formação profissional às disciplinas da formação geral do estudante e aos saberes pedagógicos. Esse deve contribuir para a formação didático-político-pedagógica desses profissionais e para a compreensão de que no EMI a formação geral e a profissional não estão separadas, ao contrário, são integradas.

Nesse caso, também se destaca a importância do desenvolvimento da práxis no campo de estágio pelo(a) estagiário(a). Nesse sentido, Konder (1992, p. 115) discorre sobre os desdobramentos da práxis enquanto atividade:

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

No que se refere à frequência das visitas às empresas, o entrevistado E1 e a entrevistada E2 relataram que a frequência é de duas vezes ao mês, observando-se uma padronização entre as escolas A e B. Verifica-se que as atividades em campo ficam de fato sob a responsabilidade do(a) supervisor(a) de estágio.

Quando abordados sobre quais as principais dificuldades para o desenvolvimento do estágio, os resultados foram comuns aos dois participantes, que elencaram como uma das maiores dificuldades enfrentadas a questão do deslocamento para as empresas. Isso ocorre pois são instituições diversas e distribuídas por inúmeros bairros da capital e região metropolitana, não havendo um auxílio complementar para o custo com o deslocamento. Outro fato registrado foi que, nas empresas, o acesso e a comunicação com os supervisores de estágio, no momento da visita, são, em muitos casos, difíceis.

O *feedback* dos(as) supervisores(as) é essencial para que se possa trabalhar na escola no momento da mediação dos problemas relatados. Essa avaliação faz parte da dinâmica dos(as) supervisores(as), uma vez que são eles(as) que estão ou deveriam estar diariamente observando e orientando os estagiários. Percebe-se, pelos entrevistados, uma falta de engajamento dos supervisores nas empresas e, em alguns momentos, insensibilidade para com os(as) orientadores(as) de estágio.

Para Yoshioka (2005, p. 237), o papel do Supervisor de Estágio ou Supervisor de Campo é decisivo no processo de estágio, pois é sua a responsabilidade de despertar a percepção do acadêmico para cada detalhe que compõe as etapas de qualquer empreendimento como um todo,

estreitando o relacionamento entre o saber teórico e o saber prático. É ele, pois, o elo entre a unidade concedente e a instituição de ensino e, quanto mais estreita for essa cooperação, melhor será o resultado do estágio para a formação integral do(a) estudante, pois suas informações servirão como subsídio para a retroalimentação do projeto pedagógico do curso. No entanto, com base na fala dos entrevistados E1 e E2, existe uma fragilidade no acompanhamento das ações realizadas pelos estagiários nas empresas.

Quanto aos instrumentos utilizados para registro da prática do estágio, foi citado que, no decorrer do estágio, é utilizada a folha de frequência, que corresponde apenas ao registro da carga horária de estágio no mês. Além disso, há a utilização do SIGE, onde é disponibilizada uma aba para acompanhamento de visitas e no qual, de forma individual, o(a) professor(a) orientador(a) de estágio alimenta os campos correspondentes à avaliação prática. Os entrevistados E1 e E2 salientaram que essa é realizada a partir das conversas com o supervisor de estágio da empresa e pela avaliação denominada atitudinal, que é composta de vários itens.

Os entrevistados E1 e E2 relataram que o sistema atende de forma satisfatória as demandas burocráticas. Percebe-se que o SIGE tem a funcionalidade de monitoramento e formalização jurídica, estabelecendo uma lacuna enquanto um sistema de interação e interatividade diária com os(as) estagiários(as), para incentivar reflexões, promover comunicação e receber os relatos diariamente. Os registros só ocorrem formalmente ao final do estágio, quando, obrigatoriamente, o(a) estagiário(a) elabora o relatório de estágio (Anexo A). Nele, são preenchidas as seções: identificação do estagiário, dados do estágio, introdução, atividades desenvolvidas e a conclusão. Observando as orientações contidas no modelo, na seção de atividades vivenciadas, nota-se um direcionamento para o registro de ações que promoveram melhorias na(s) concedente(s) e também no espaço para a conclusão do relato sobre a importância do estágio na vida pessoal e profissional. No âmbito do trabalho como princípio educativo, não é identificado espaço para manifestação da reflexão sobre as ações no campo de estágio e que tenham o caráter emancipatório.

A matriz curricular do curso técnico de nível médio em hospedagem para as turmas iniciadas em 2018-2019-2020 (Anexo C) estabelece, juntamente com as demais disciplinas para a formação profissional, o estágio em campo, com carga horária de 300h. Observa-se, na parte diversificada, as componentes de preparação e avaliação da prática de estágio, com carga horária de 100h, que são desenvolvidas por meio dos seminários antes de os estudantes iniciarem as atividades do estágio, pelas mediações e pelo projeto social. Sua carga horária é distribuída da seguinte forma: 20h - preparação para o estágio; 20h - mediação uma vez por mês na escola, no decorrer de todo o período do estágio; e 60h - projeto social/atividade que

os(as) alunos(as), sob a supervisão dos professores orientadores de estágio, propõem e executam na comunidade onde a escola está inserida. As atividades desenvolvidas nessa parte diversificada buscam promover para o(a) estudante uma melhor compreensão das relações com o mundo do trabalho.

Para o estágio curricular, são previstas 300h. No entanto, no período da pandemia da Covid-19 (2020 e 2021), observou-se uma redução da carga horária do estágio em campo para 250h. Houve um redirecionamento de 50h para atividades intituladas como complementares, que se concretizou pela realização de cursos on-line relacionados à formação do(a) estudante, podendo ser diferentes cursos, desde que a soma da carga horária dos certificados apresentados perfizesse 50h.

Ademais, o parecer do CEE nº 0299/2020 autorizou, em caráter excepcional, a conclusão dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, desde que o estudante cumprisse, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de estágios curriculares obrigatórios. O parecer nº 0386/2021 manteve a orientação.

Nesse sentido, observamos que as 250h de estágio em campo, quando aplicado o mínimo de 75%, passaram a ser efetivamente apenas 188h. Embora as medidas de redirecionamento e da redução da carga horária estivessem fundamentadas pela grave crise da pandemia, percebe-se uma tendência de manutenção da política reducionista, gerando prejuízo à carga horária para o exercício das práticas no campo de estágio, fase de suma importância para a formação integral do(a) estudante. Bazana (2020, p. 34) aponta a importância do estágio no currículo dos cursos de educação profissional:

O estágio curricular corresponde a um espaço/tempo formativo importante no currículo dos cursos de educação profissional, e se constitui como momento de aprendizado por meio da articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho. Nesse sentido, é essencial enfatizar o seu caráter pedagógico, que permite a articulação entre conhecimentos teóricos e práticos e proporciona uma formação mais sólida para enfrentar as mudanças que ocorrem constantemente no mundo do trabalho.

De acordo com o Plano de Curso (2014), para que o(a) estagiário(a) obtenha a aprovação, é necessário obter a frequência, que corresponde ao total da carga horária; a nota mínima 6,0 (seis), obtida a partir de uma média entre a nota atribuída ao estagiário em uma avaliação realizada quando completa 50% da carga horária total, na avaliação, e aquela ao finalizar os 100% da carga horária; e submeter o relatório final, que é arquivado no SICE onde é registrada a nota. O sistema faz uma média com as três notas obtidas durante o percurso. Em caso de reprovação, o aluno precisará cursar novamente o terceiro ano, devido ao ensino médio

ser integrado à educação profissional, e, dessa forma, o(a) estudante não receberá a certificação separadamente. Nota-se, no processo avaliativo, a ausência da sondagem do trabalho como princípio educativo, bem como de elementos que identifiquem se foi possível uma atuação de forma autônoma e crítica.

O prazo para a conclusão do estágio a partir da data de assinatura do termo de compromisso é de até 6 (seis) meses consecutivos. Só poderá iniciar o estágio o estudante que tiver 16 anos completos.

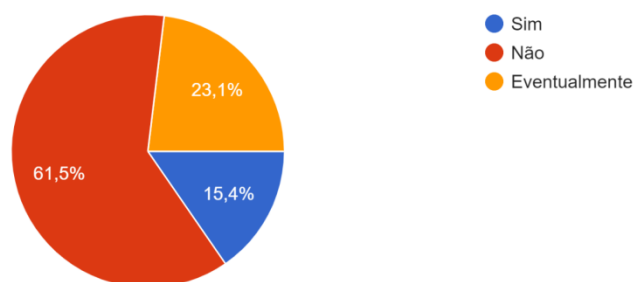
De acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e Decretos Estaduais nº 30.933, de 29 de junho de 2012 e nº 32.075, de 31 de outubro de 2016, a carga horária máxima semanal é de 30h (6 horas diárias) ou ainda 40 horas (8 horas diárias, além de, no mínimo, 1 hora e no máximo 2 horas de intervalo) em período de férias escolares ou término da Base Nacional Comum. Deverá ser de 4 (quatro) horas diárias de estágio (20h semanais) em período de aulas da base comum, com exceção para o período de avaliações, em que essa carga horária será reduzida pela metade. A carga horária deve ser durante o dia, e casos atípicos devem ser comunicados à COEDP/SEDUC. O estagiário não tem direito a faltas abonadas; os atestados justificam as ausências, mas as faltas deverão ser repostas no final do estágio.

Adiante, o estudo verificou ainda a compreensão dos(as) estudantes egressos(as) sobre o estágio curricular, suas dificuldades e entendimento acerca das bases conceituais do EMI. Com o auxílio dos coordenadores de curso das escolas A e B, foi enviado, via *whatsapp* para os grupos, o questionário on-line. Obtiveram-se 15 respostas, pois houve dificuldade para a adesão à pesquisa, identificada no número de participantes. Atribuiu-se essa quantidade à dispersão dos egressos(as) e à porcentagem de egressos(as) que estão atuando na área, fatos que podem distanciá-los do contexto da escola técnica.

Na primeira pergunta, foi solicitada a indicação do ano de conclusão, registrando-se concluintes dos anos de 2019 a 2022.

Em seguida, foi abordada a inclusão no campo de trabalho da formação técnica concluída, questionado se, atualmente, estavam trabalhando na área de Hospitalidade, Turismo e Lazer. Observou-se que 61,5% dos egressos não estão trabalhando na área de sua formação técnica; 23,1% o fazem eventualmente e 15,4% estão trabalhando na área.

Gráfico 1 - Número de egressos trabalhando na área da formação técnica concluída



Fonte: Própria autora (2022).

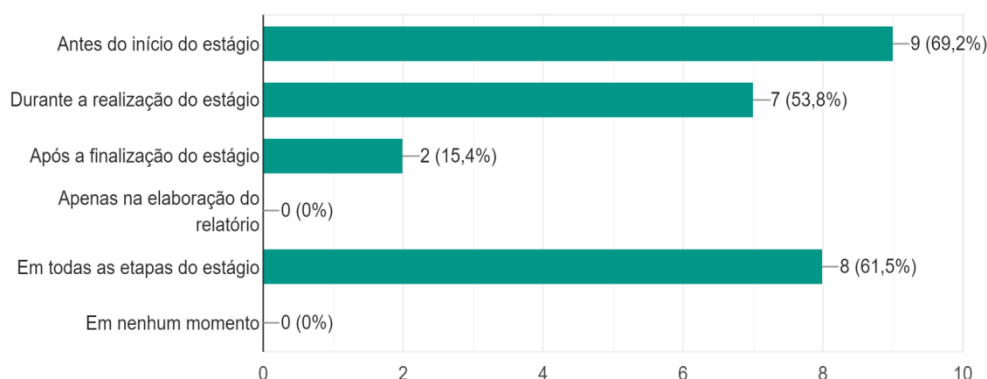
Esses dados foram evidenciados pelos entrevistados E1 e E2, ao observar que os(as) estudantes inicialmente optaram pelo curso de hospedagem visando ao ensino médio, que notoriamente é mais bem desenvolvido nas escolas profissionalizantes, utilizando o curso como uma porta de entrada para a EEEP. A entrevistada E2 fez uma comparação com os(as) alunos(as) que buscam o curso de enfermagem, pois chegam à escola com o desejo de trabalhar na área de saúde. No entanto, a maioria dos(as) estudantes de hospedagem opta pelo prosseguimento dos estudos, ou seja, ingressar no ensino superior, não tendo interesse no campo de trabalho da profissionalização técnica adquirida. Nesse caso, fica evidente que a qualidade do ensino da base comum ou propedêutica é o fator determinante para a escolha do ingresso na EEEP. A partir dessa conjuntura, o estágio passa a ser visto apenas como uma etapa obrigatória para a obtenção do certificado.

Em seguida, foi perguntado, aos que declararam estar trabalhando, em qual área estavam atuando. As áreas elencadas foram: recepção, governança, alimentos e bebidas, e a área de eventos. Verifica-se que as áreas de prevalência do exercício do trabalho estão em consonância com as áreas de atuação previstas no Plano de Curso (2014) e, como foi citado anteriormente, não contemplam a área administrativa.

Partindo para os aspectos relacionados ao momento do estágio supervisionado, foi indagado aos participantes em que momento receberam orientação sobre o estágio. Identificou-se que todos os alunos, em algum momento, receberam orientações, registrando-se que o respondente poderia assinalar quantas opções quisesse. Registrou-se que: 69,2% declararam que receberam orientações antes do início do estágio; 61,5% em todas as etapas do estágio;

53,8% durante a realização do estágio; 15,4% após a finalização do estágio; e nenhum egresso indicou que não recebeu orientações, pois não houve escolha da opção em nenhum momento.

Gráfico 2 - Momentos de orientação pelo(a) professor(a) orientador(a)



Fonte: Própria autora (2022).

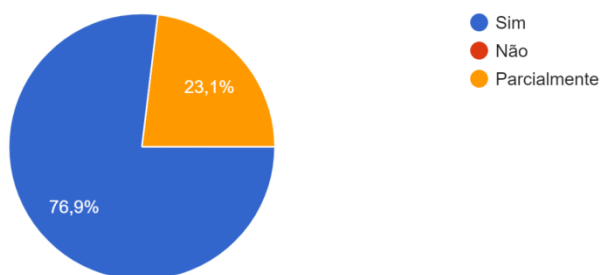
O papel do orientador é essencial para que a práxis possa ser fundamentada, pois, muito além da aplicação das práticas operacionais, o orientador tem o papel de estimular a compreensão da ação reflexiva e do trabalho como princípio educativo. Refutando, assim, a forma repetida da prática pela prática, no momento do estágio, pois a atuação não deve ser restrita apenas a zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, do plano de estágio e de alimentação do sistema.

Ao serem perguntados se o professor orientador contribuiu para o aprendizado durante o estágio, identificou-se que a grande maioria afirmou que sim, correspondendo a 92,3%, enquanto 7,7% registraram que parcialmente.

O professor orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário e deverá exigir dos educandos a presença na mediação. As mediações são momentos fora do campo de estágio em que os(as) alunos(as) podem relatar suas dificuldades e os(as) professores(as) realizar alinhamentos.

No âmbito de se os egressos, no momento do estágio, se sentiram preparados para o estágio, a maioria, representada por 69,2%, declarou que sim; 30,6% afirmaram que parcialmente e nenhum declarou que não. Em seguida, perguntou-se se as atividades desenvolvidas durante o estágio tinham relação com as disciplinas/conteúdos do curso técnico, constatando-se que 76,9% declararam que sim e 23,1% que parcialmente. Não houve registro de não.

Gráfico 3 - Se as atividades no estágio tinham relação com os conteúdos técnicos

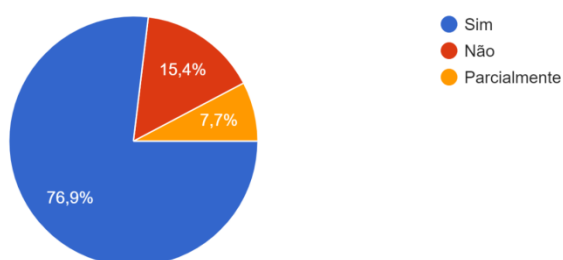


Fonte: Própria autora (2022).

Ao analisar o plano de atividade de estágio proposto para o curso de hospedagem, é possível constatar a lista de competências que possuem relação direta com práticas operacionais típicas do serviço de hospedagem, como, por exemplo, efetuar check-in e repor frigobar. No entanto, o relacionamento educativo entre o trabalho e a educação não é contemplado. É notório que as atividades são essencialmente de serviços, mas que podem ser repensadas dentro do aspecto da formação humana integral.

Na questão sobre se as expectativas com o estágio haviam sido atendidas, 76,9% responderam que sim, enquanto 15,4% que não e 7,7% que parcialmente.

Gráfico 4 - Número de egressos com expectativas atendidas no estágio

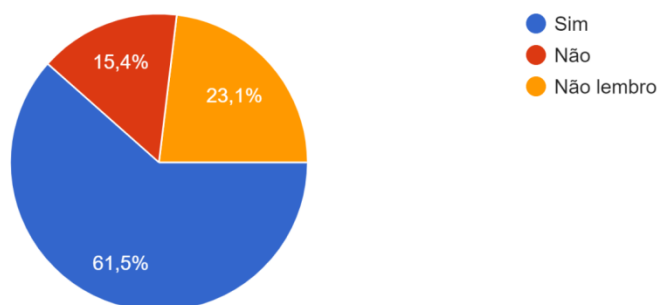


Fonte: Própria autora (2022).

Ao analisar o Plano de Curso (2014) e relacionando-o com as entrevistas efetuadas, identifica-se que não há referenciais para a formação omnilateral e para a práxis, ou seja, para a formação integral. Portanto, o estágio é realizado dentro de um limiar que atende as competências elencadas no plano de atividade de estágio.

Ao serem questionados se antes de iniciar o estágio receberam orientação sobre o trabalho como princípio educativo, 61,5% declararam que sim, 23,1% que não lembravam e 15,4% que não.

Gráfico 5 - Orientações sobre o Trabalho como Princípio Educativo



Fonte: Própria autora (2022).

A próxima pergunta abordou se os respondentes sabiam qual era o objetivo do ensino médio integrado (EMI). Verificou-se que 84,6% declararam que sim, 7,7% que talvez e 7,7% que não.

Em seguida, foi solicitado que fosse definido, com as próprias palavras, o objetivo do ensino médio integrado em relação à profissionalização. Obtiveram-se oito (8) respostas (grifo nosso):

Aliar conhecimentos técnicos e científicos a experiências concretas do mercado de trabalho. Preparar o aluno para o **mercado** (EH1);
 Preparar os alunos para o **mercado de trabalho** de determinados cursos técnicos (EH2);
 Formar jovens capazes de entrar no **mundo profissional** visando (sic) pela educação, respeito e atenção (EH3);
 Formar jovens capacitados e os direcionando para o **ambiente de trabalho** (EH4).
 Facilidade ao **mercado de trabalho** (EH5);
 Formar e inserir jovens no **mercado de trabalho** (EH6);
 Preparando os alunos para novas oportunidades (EH7);
 Inserir no **mercado de trabalho** (EH8).

Nota-se que, em nenhuma das respostas, fez-se menção aos pressupostos do EMI para uma formação humana integral, que promove uma formação cidadã. Das oito (8) respostas, seis (6) fizeram referência ao mercado de trabalho e uma (1) ao mundo profissional, indicando um condicionamento dos(as) respondentes para atender ao mercado de trabalho, com a venda da

sua força de trabalho. Isso se estabelece em contraposição à premissa do EMI, que, conforme Ciavatta:

[...] sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Além disso, as respostas entram em conflito com os 84,6% participantes que declararam, na pergunta anterior, que sabiam os objetivos do EMI.

Quando perguntados sobre o grau de satisfação com a escola profissionalizante em que estudaram, 53,6% declararam estar satisfeitos, enquanto 48,2% declararam estar muito satisfeitos. Posteriormente, foi perguntado por que optaram por cursar o ensino médio integrado ao técnico. Obtiveram-se as seguintes respostas:

Crescer as **chances para empregabilidade**, aumentar os conhecimentos profissionais e por **gostar do curso** (EH1);
 Para ter uma formação, além de só um ensino médio (EH2);
 Pois já concluía o ensino médio com especialização (EH3);
 Porque gostei da **ideia de sair empregada**, achei que seria mais fácil conseguir um emprego sendo encaminhada assim, mas foi ilusão (EH4);
 Por conta do **curso profissional** (EH5);
 Para me ajudar no **mercado de trabalho** (EH6);
 Ensino de qualidade e possibilidade de **sair já empregado** (EH7);
 Para conseguir estar à frente daqueles que só tinham o ensino médio (EH8);
 Por ter um certificado com um curso técnico e ter novas experiências que o estágio proporciona (EH9);
 Duplo diploma e matérias do curso profissionalizante (EH10);
Para o mercado (EH11);
 Por **interesse no curso técnico em hospedagem** (EH12);
 Porque pensei que seria uma ótima oportunidade para mim, pensando no meu futuro (EH13).

Ao analisar as respostas, observa-se que a maioria, representada por sete (7) egressos(as), sinalizou que a opção pelo curso de ensino médio integrado ao técnico foi movida pela possibilidade da empregabilidade, de sair com um trabalho do ensino médio, de ter a profissionalização técnica como diferencial. Enquanto isso, dois (2) egressos(as) sinalizaram que a escolha foi motivada pelo interesse na área de hospedagem. Nenhum dos participantes fez referência à possibilidade de receber uma educação capaz de torná-lo crítico e autônomo por meio da relação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, gerando melhores condições de trabalho e, por consequência, qualidade de vida.

Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria um fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005, p. 36).

Destacamos também que, nas falas dos(as) entrevistados(as), não encontramos indícios de críticas ou reclamações acerca do curso de hospedagem. Isso não significa que não houve, ou não haverá, mas, no momento da pesquisa, os egressos apresentaram certa satisfação com o curso que realizaram.

A juventude, de um modo geral, tem em seu horizonte a perspectiva de buscar formação escolar técnica com vistas à empregabilidade. Na busca por profissionalização, a juventude escolhe cursos a partir de questões relacionadas a aspectos socioeconômicos e produtivos nas regiões em que moram ou nas quais temporariamente estão instalados.

Ao serem questionados sobre se consideravam que o estágio havia contribuído para a sua formação para o trabalho, todos os respondentes declararam que sim. Em seguida, foram indagados sobre o que poderia ser melhorado no estágio. Obtiveram-se as seguintes pontuações:

Era a primeira vez que o hotel onde estagiei recebia estagiários e por esse motivo acho que não pude colocar todos os meus conhecimentos em prática pois (sic) eles não sabiam ao certo do que eu era capaz (EH1);

A carga horária deveria ser acompanhada mais de perto pelo supervisor da empresa (EH2);

Acompanhamento de supervisores e feedbacks (EH3);

Mais práticas (EH4).

O registro em relação aos supervisores de estágio entra em consonância com a fala dos orientadores de estágio, que relataram dificuldade ao realizar as visitas em campo. Nota-se a necessidade de uma integração entre as empresas concedentes de vagas de estágio e a escola, no sentido de transpor as lacunas em relação à atuação do supervisor de estágio, tendo em vista o importante papel do acompanhamento no campo de estágio. Não haverá produção de conhecimentos, reflexão e mudanças se os(as) estagiários(as) não forem motivados(as).

Retomando a concepção do EMI, de acordo com Araújo e Frigotto (2015, p. 63), trata-se de

um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente.

As ações formativas no campo de estágio passam pela(a) supervisor(a) de estágio, sendo necessária uma integração

Por fim, foram perguntados sobre as dificuldades enfrentadas no decorrer do estágio. Obtiveram-se as seguintes respostas:

Pegava dois ônibus para chegar ao hotel e o caminho era perigoso, me decepcionei com uma supervisora e não consegui colocar todos os meus conhecimentos em prática (EH1);
Minhas dificuldades foram mais para o lado pessoal mesmo, e em relação a (sic) empresa, não tive dificuldades (EH2);
Alguns hóspedes chatos (sic) e porém o hotel e funcionários eram um amor (EH3);
Algumas funções que no decorrer foram resolvidas (EH4);
No inglês (EH4).

As respostas demonstram que as dificuldades, na visão dos participantes, são ligadas ao deslocamento para as empresas, ao relacionamento interpessoal, limitação dentro da empresa para atuação prática e questões ligadas a atividades que são direcionadas ao estagiário. Esses relatos suscitam que, no campo de estágio, prevalecem os mecanismos da fragmentação entre o trabalho intelectual e prático. Percebe-se que não existe de fato um direcionamento para uma verdadeira preparação para o trabalho, dentro da concepção do princípio educativo do trabalho.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto final desta pesquisa foi um livro digital intitulado: “O estágio curricular e o trabalho como princípio educativo na formação técnica em hospedagem da rede de educação profissional do Ceará”.

Como produto fruto da pesquisa empreendida, o e-book está organizado em quatro (4) tópicos. O primeiro tem a proposta de dialogar sobre o curso técnico em hospedagem e as suas áreas de atuação para o(a) profissional técnico(a), além da concepção do ensino médio integrado (EMI) e do trabalho como princípio educativo. Nele, convidam-se os(as) futuros(as) estagiários(as) para conhecer um pouco mais sobre esses temas, para perceberem que a sua formação técnica pode e deve ser para além da sua formação tecnicista e do ingresso no mercado de trabalho somente para vender sua força de trabalho.

No segundo tópico, a abordagem foi voltada para o estágio curricular supervisionado, à luz da legislação vigente, além de tratar das diretrizes específicas das EEEPs. No entanto, buscando relacionar o estágio à práxis e ao trabalho como princípio educativo, observam-se as premissas do ensino integral, que propõe um processo de domínio intelectual da técnica. As informações relativas às normativas e orientações vão desde a captação da vaga de estágio aos requisitos para a aprovação do estagiário, todas compiladas em forma de infográficos.

No terceiro tópico, utilizou-se como base a concepção de um jogo de tabuleiro, tendo em vista que o público-alvo são os jovens estudantes da última fase da educação básica. Isso se deu no intuito de estabelecer ludicidade e divertimento na reflexão do estágio e do trabalho como princípio educativo.

No quarto e último tópico, denominado “Indicações Cinco Estrelas”, foram disponibilizados conteúdos relacionados, disponibilizados em três tipos de formatos: para assistir, para escutar e para ler.

O material foi elaborado para contribuir com a reflexão acerca do estágio curricular como um processo educativo, tendo o trabalho como princípio educativo. Os conteúdos foram produzidos a partir dos dados coletados, trazendo leis, normas e conceitos importantes, apresentados de forma objetiva.

O livro digital é classificado como um material textual. Sua escolha advém da correlação das atividades que esta pesquisadora realiza na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), na seção de Produção de Material Didático para Educação a Distância, e por ser um formato de material que prioriza uma fácil compreensão. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES) elenca as seguintes

categorias: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos.

Para facilitar o acesso ao material, foi desenvolvida uma conta no instagram, com perfil profissional, voltada para a divulgação e fornecimento de outras informações pertinentes ao produto educacional. Na biografia (bio) da conta, foi disponibilizado o link externo para a realização do download em formato de PDF, além da descrição dos temas propostos para reflexão. O uso do aplicativo Instagram para disponibilizar o material e trazer recortes em formato de *posts* foi motivado pelo grande alcance da ferramenta com o público jovem, pela facilidade de operacionalização e pelas diversas funcionalidades. O uso de aplicativos está em consonância com a tendência digital da sociedade da informação.

As redes sociais são “softwares de colaboração social, isto é, aplicações que suportam interesses, necessidades e objetivos comuns em um mesmo ambiente de colaboração, compartilhamento, interação e comunicação” (SOUZA; SIMON; FIALHO, 2015, p. 126-127). Elas vão além de relacionamentos pessoais, por serem um campo fértil de informações para a vida profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo possibilitou a abordagem do estágio curricular dentro da concepção do EMI, enfocando a premissa do trabalho como princípio educativo. Utilizou-se a abordagem qualitativa, que contribui para o avanço do estado da arte na área de pesquisa, em especial a partir do curso técnico de ensino médio em hospedagem.

Entende-se que os objetivos foram cumpridos, pois pode-se refletir sobre o estágio curricular para a formação integral do técnico em hospedagem, à luz do trabalho como princípio educativo.

Contudo, os resultados do estudo revelaram que, para que o estágio curricular seja realmente um momento de reflexão e troca de saberes, o(a) estagiário deve ser visto(a) como sujeito do processo educativo e os(as) professores(as) orientadores(as) precisam ser formados(as) para atuar na educação profissional e tecnológica, para que possam compreender as ações para o exercício do trabalho como princípio educativo no campo de estágio.

Como impedimentos, ressalta-se que os conceitos do EMI, com ênfase na premissa do trabalho como princípio educativo, precisam ser de fato contextualizados e implementados para além das indicações verificadas nas normativas. Muitos são os desafios que partem das imposições do sistema de produção, que tem o trabalho como mercadoria, e do projeto pedagógico proposto nas escolas profissionalizantes.

Tendo em vista o estágio curricular, verifica-se que a metodologia de acompanhamento precisa ser replanejada, uma vez que os instrumentais utilizados não contemplam espaços para a reflexão crítica para uma formação humanística, visto que o sistema SICE é reconhecido como um bom sistema para gestão documental, não sendo um instrumento para a interação e mediação diária entre os(as) estagiários(as) e supervisores de estágio.

Nota-se que, no plano de curso, são observadas as tecnologias para a formação profissional, objeto de estudo do eixo tecnológico turismo, hospitalidade e lazer, no qual o curso técnico em hospedagem está relacionado. No entanto, as concepções basilares marxistas que propõem as premissas para uma formação integral não são observadas. Isso se reflete na falta de conscientização dos estudantes egressos(as) sobre a sua condição de cidadãos, a partir de uma formação voltada para a transformação da realidade e de si mesmos, para além de atender as demandas de mercado e vender a sua força de trabalho.

Emerge a necessidade da fundamentação, no projeto pedagógico e nas capacitações para os atores envolvidos, da concepção histórica-ontológica do trabalho, das contradições sociais do sistema capitalista e do ser humano enquanto ser capaz de transformar a natureza e a si

próprio. Sabe-se que o sistema escolar, no campo da profissionalização técnica integrada ao ensino médio, traz uma proposta de reparação histórica da dualidade entre a formação técnica e propedêutica.

Os resultados do estudo revelaram também que o grande desafio reside dentro das próprias empresas concedentes de estágio e que, no período do estágio, não conduzem de forma satisfatória as atividades em campo. O estágio curricular, sendo o momento em que o(a) estudante tem a primeira oportunidade de vivenciar o mundo real do trabalho, torna-se um instrumento de preparação não apenas para aplicação das práticas operacionais, mas sobretudo para a articulação entre a teoria e a prática, tendo a práxis como mola propulsora para a produção de conhecimentos e transformação da realidade. Nesse sentido, verifica-se um conflito entre as prerrogativas do capitalismo e a proposta de uma formação humana integral.

Salienta-se que os(as) estudantes egressos(as) podem ser elementos centrais para o planejamento e adequações no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados obtidos através do questionário revelaram fragilidade em alguns aspectos da proposta do EMI, tendo o trabalho como princípio educativo. Nesse sentido, constata-se a importância de as instituições escolares efetuem um efetivo acompanhamento dos seus estudantes egressos.

Consideramos, ainda, que, dada a relevância da temática da pesquisa, são necessários novos estudos e mais debate no cenário educacional brasileiro, na perspectiva da compreensão de uma formação omnilateral e comprometida com uma juventude que protagonize a transformação social no mundo do trabalho.

Os jovens constituem-se em importantes atores sociais, indispensáveis à sociedade. Não apenas para a indústria dos bens de consumo, vistos como consumidores em potencial, mas para o crescimento de uma sociedade bem mais preparada no âmbito social, político e cultural. Precisam ser reconhecidos e também conquistar seus próprios espaços, nos quais possam dialogar entre si para que haja a construção de novas ideias e ideais, novas possibilidades, além da construção e elaboração de políticas públicas que garantam seu bem-estar social.

Conclui-se, então, que, apesar de ter analisado a realidade do cearense, há que se ressaltar a necessidade de discutir as condições do estágio curricular para uma formação integral dos jovens em todo Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BACKES, A. L. Trabalho e subjetividade: sofrimento psíquico em contexto de mudanças organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 117-138, 2012.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAZANA, J. R. **Os elementos formativos presentes no estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha, 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. **Portaria nº 1.002, de 29 de setembro de 1967**. 1967. Disponível em: http://www.allservice.org.br/interno.php?idPagina=estagios&estagio=portaria_n_1002. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagem**: Cartilha de orientação básica. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília: SETEC, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; [...] e dá outras providências. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; [...] e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Brasília: Gabinete da Presidência, 2012.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 4. ed. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 out. 2021

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Gabinete da Presidência, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASILEIRO FILHO, S. **Trabalho, educação e reconhecimento:** uma investigação crítica dos pressupostos filosóficos e políticos do ensino técnico integrado. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.

BRAUN, V.; CLARK, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CAMPELLO, A. M. M. B. Dualidade Educacional. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde.** 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008, p. 136-141. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021

CEARÁ. **Lei nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação. 2008. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/leis/do20081223p01.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

CEARÁ. **Decreto nº 30.933, de 29 de junho de 2012.**

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Plano de Curso. Curso Técnico de Nível Técnico em Hospedagem.** Fortaleza: SEDUC, 2014.

CEARÁ. **Decreto nº 32.075, de 31 de outubro de 2016.**

CEARÁ. Secretária de Turismo do Ceará (SETUR/CE). **Indicadores Turísticos 2010/2019.** 2019. Disponível em: <https://www.setur.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/59/2021/09/Indicadores-Turisticos-%E2%80%93-2010-2019.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Escolas Profissionalizantes.** s.d. Disponível em <http://www.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 85-113.

COLOMBO, I. M.; BALLAO, C. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em revista**, n. 53, pp.171-186, 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Considerações sobre Classificação de Produção Técnica 2016**. Brasília: CAPES 2016. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/46_ENSI_class_prod_tecn_jan2017.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

DELORS, J. (org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Trad. José Carlos Eufrázio. Brasília: MEC, 1998.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. São Paulo: Cortez, 1997.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. *et al.* **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação - CUT, 2005.

GRABOWSKI, G. Ensino médio integrado à Educação Profissional. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino médio integrado à Educação Profissional**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.v. 2.

GRAMSCI, A. Caderno 12. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ENGELS, F. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. **Trabalho Necessário**, ano 4, n. 4, 2006, p. 1-9. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4603/4239>. Acesso em: 15 out. 2021.

KUENZER, A. Z. As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica: primeiras aproximações. **Educar**, Curitiba, n. spe. 43-69, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/nspe_/nspea03.pdf. Acesso em: 31 set. 2021.

LOVATO, L. M. **As contribuições de uma sequência didática formativa para a prática do estágio curricular supervisionado para alunos do ensino médio integrado**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Sertãozinho, Natal, 2020.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

RAMOS, M. Possibilidade e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. 2008. (Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará). Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

RAMOS, M. N. Concepção do ensino médio integrado. In: ARAÚJO, R.; TEODORO, E. (orgs). **Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública**. Belém: SEDUC-PA, 2009.

RAMOS, M. N. **Políticas e diretrizes para a educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

RICCETTO, L. N. A. **De A a Z: entendendo o setor de alimentos e bebidas**. Brasília: Senac Distrito Federal, 2013.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, M. V. de; SIMON, R. M.; FIALHO, F. A. P. Redes Sociais Virtuais, REAS, AVAS e MOOCS: reflexões sobre educação em rede. In: TORRES, P. L. **Redes e mídias sociais**. Curitiba: Appris, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Questionário para Egressos do Curso Técnico em Hospedagem

1. Ano da conclusão do Curso Técnico em Hospedagem:
2. Atualmente está trabalhando na área de Hospitalidade, Turismo e Lazer?
3. Se sim, em qual área?
4. Em que momento você recebeu orientação sobre o estágio (escolha quantas opções você quiser)?
() Antes do início do estágio () Durante a realização do estágio () Após a finalização do estágio
() Apenas na elaboração do Memorial () Em todas as etapas do estágio () Em nenhum momento
5. O professor orientador contribuiu para o seu aprendizado durante o estágio?
() sim () não () parcialmente
6. Ao iniciar o estágio, você se sentiu preparado?
() sim () não () parcialmente
7. As atividades desenvolvidas durante o estágio tinham relação com as disciplinas/conteúdos do curso técnico?
() sim () não () parcialmente
8. Suas expectativas com o estágio foram atendidas?
() sim () não () parcialmente
9. Antes de iniciar o estágio, você recebeu orientações sobre o trabalho como princípio educativo?
() sim () não () parcialmente
10. Você sabe qual é o objetivo do ensino médio integrado (EMI)?
11. Defina com suas palavras qual é o objetivo do ensino médio integrado em relação à profissionalização.
12. Qual o seu grau de satisfação com a escola profissionalizante em que você estudou?
() Alto () Médio () Baixo
13. Por que você optou por cursar o ensino médio integrado ao técnico?
14. Suas expectativas com a formação profissionalizante foram atendidas?
() sim () não () parcialmente
15. Você considera que o estágio contribuiu para a sua formação para o trabalho?
16. Na sua opinião, o que poderia melhorar no estágio?
17. Quais as dificuldades enfrentadas por você no decorrer do estágio?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Professores Orientadores de Estágio

- Há quanto tempo atua como professor (a) orientador (a) de Estágio?
- Recebeu algum tipo de formação específica para atuar?
- Qual a frequência das visitas em campo?
- Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento do estágio?
- Principais dificuldades para a efetivação da supervisão de campo?
- Quais os instrumentais utilizados para registro da prática do estágio?
- Existe alguma proposta pedagógica que aborda o trabalho como princípio educativo?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista com o Coordenador de Curso

- Como é a dinâmica para obtenção de vagas e formalização de convênios? (documentação, prazos, tipologias de empresas, atores)
- Quais as principais dificuldades que vocês enfrentam no processo do estágio supervisionado?
- Existe algum material explicativo sobre o processo de estágio, de fácil compreensão, que seja disponibilizado para os atores envolvidos no processo?
- Antes de iniciar o estágio, o aluno recebe orientações sobre: lei do estágio, ambiente de trabalho, trabalho como princípio educativo?
- Existe algum problema recorrente no decorrer da formalização e no decorrer do estágio?

ANEXO A - Plano de atividades de estágio



ANEXO II

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

COMPETÊNCIAS

- EFETUAR CHECK IN INDIVIDUAL
- EFETUAR CHECK IN EM GRUPO
- REALIZAR BLOQUEIO INDIVIDUAL
- REALIZAR BLOQUEIO EM GRUPO
- REALIZAR BLOQUEIO LAY OVER
- EMITIR RELATÓRIOS
- EFETUAR CHECK OUT
- SOLICITAR CONSUMO DE ÚLTIMA HORA
- INFORMAR ATRATIVOS TURÍSTICOS
- CONVOCAR O MENSAGEIRO
- DIFERENCIAR OS TIPOS DE UH'S (UNIDADES HABITACIONAIS)
- CLASSIFICAR AS UH'S
- OPERACIONALIZAR SOFTWARES EM RESERVAS
- OPERACIONALIZAR SOFTWARES EM RECEPÇÃO
- OPERACIONALIZAR SOFTWARES EM GOVERNANÇA
- OPERACIONALIZAR SOFTWARES EM ALIMENTOS E BEBIDAS
- OPERACIONALIZAR SOFTWARES EM EVENTOS
- DOMINAR ALFABETO FONÉTICO INTERNACIONAL
- OTIMIZAR OCUPAÇÃO HOTELEIRA
- EVITAR OVERBOOKING
- AUXILIAR NO PREENCHIMENTO DA FNRH (FICHA NACIONAL DE REGISTRO DE HÓSPEDE)
- PRODUZIR PLANO DE RESERVA
- EMITIR PLANO DE RESERVA
- REALIZAR ABERTURA DE CAMA
- REPOR FRIGOBAR
- REPOR MINIBAR
- HIGIENIZAR BANHEIROS DAS UH'S
- REALIZAR LIMPEZA DAS UH'S
- REALIZAR LIMPEZA DAS ÁREAS SOCIAIS
- REALIZAR CONTROLE DE ESTOQUE
- INSPECIONAR AS UH'S
- VERIFICAR AUSÊNCIA DE ITENS
- REPOR ITENS DAS UH'S
- PREENCHER FORMULÁRIOS
- REALIZAR REGISTRO DE OCORRÊNCIA
- MONTAR ESPAÇO PARA EVENTOS
- DESMONTAR ESPAÇOS DE EVENTOS
- PREPARAR MESAS PARA REFEIÇÕES
- EXECUTAR MISE-EN-PLACE DO SALÃO
- EXECUTAR MISE-EN-PLACE DA MESA



PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

COMPETÊNCIAS

- EXECUTAR MISE-EN-PLACE DA COZINHA
- EXECUTAR MISE-EN-PLACE DO BAR
- OPERAR EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL
- EXECUTAR SERVIÇOS EM EVENTOS
- EXECUTAR SERVIÇOS DE VINHOS
- EXECUTAR SERVIÇOS DE COQUETÉIS
- EXECUTAR SERVIÇOS DE CHÁ
- EXECUTAR SERVIÇOS À INGLESA DIRETO
- EXECUTAR SERVIÇOS À INGLESA INDIRETO
- EXECUTAR SERVIÇOS À FRANCESA
- EXECUTAR SERVIÇOS À AMERICANA
- AUXILIAR NA ELABORAÇÃO DE CARDÁPIO
- EXECUTAR DOBRAS DE GUARDANAPOS
- REALIZAR ENVELOPAMENTO DE CAMA
- EXECUTAR SERVIÇO DE QUARTO
- EXECUTAR HIGIENIZAÇÃO E POLIMENTO DE TAÇAS
- EXECUTAR HIGIENIZAÇÃO E POLIMENTO DOS PRATOS
- ABASTECER OS APARADORES
- REALIZAR ATENDIMENTO AO CLIENTE
- SERVIR BEBIDA
- SERVIR REFEIÇÃO

ASSINATURA DO COORDENADOR(A)/DIRETOR(A) (COM
CARIMBO)

ANEXO B - Modelo de Relatório de Estágio

 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ Secretaria da Educação	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - COEDP CÉLULA DE ESTÁGIOS - CEEST
IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO Nome completo: _____ Curso: _____ Série: _____ Escola: _____ Concedente(s) de estágio(s): _____	
DADOS DO ESTÁGIO Área de estágio(curso): _____ Data de início: ____/____/____ Data de término: ____/____/____ Duração em horas: _____ horas Orientador(es) de estágio: _____	
INTRODUÇÃO A introdução deve abordar o que é o estágio, quais os objetivos e onde aconteceu.	
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS Descrever todas as atividades vivenciadas/desenvolvidas, destacando os conhecimentos que foram aprimorados/adquiridos durante a carga horária total do estágio (preparação, estágio em campo, mediação e projeto social).Relatar possíveis ações que promoveram melhorias na(s) Concedente(s).	
CONCLUSÃO Relatar a importância do estágio para a vida pessoal e profissional.	
Local: _____ Data: ____/____/____ _____ Assinatura do Estagiário	

ANEXO C - Matriz Curricular do Curso Técnico em Hospedagem Integrado ao Ensino Médio

 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ <i>Secretaria da Educação</i>		ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP EIXO TECNOLÓGICO: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM HOSPEDAGEM TURMAS INICIADAS EM 2018-2019-2020												
		1º ANO				2º ANO				3º ANO				TOTAL
		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		
COMPONENTES CURRICULARES/ANO		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
DISCIPLINAS		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa	5	100	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	380
	Artes					1	20	1	20					40
	Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	História	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	260
	Geografia	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	260
	Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Matemática	4	80	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	360
	Biologia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Física	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	SUBTOTAL		26	520	23	460	22	440	22	440	19	380	19	380
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Informática Básica	3	60	2	40									100
	Introdução ao Curso Técnico e Ética Profissional			2	40									40
	Desempenho Social e Relações Interpessoais			1	20									20
	Fundamentos da Hotelaria			2	40									40
	Noções Básicas do Turismo			2	40									40
	Lazer e Recreação			2	40									40
	Educação e Responsabilidade Ambiental					2	40							40
	Técnicas e Sistemas de Reservas					2	40							40
	Técnicas e Sistemas de Recepção					3	60							60
	Técnicas e Sistemas de Governança					2	40							40
	Legislação Aplicada ao Turismo					2	40							40
	Iniciação a A&B						2	40						40
	Noções de Higiene e Manipulação de Alimentos						2	40						40
	Eventos na Hotelaria						2	40						40
	Hospedagem Hospitalar						2	40						40
	Cerimonial e Protocolo									2	40			40
	Técnicas e Sistemas de A&B									3	60			60
	Marketing Hoteleiro									2	40			40
	Qualidade na Hotelaria									2	40			40
	Estágio Curricular											15	300	300
	SUBTOTAL		3	60	11	220	11	220	8	160	9	180	15	300
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Aplicada	4	80	4	80	4	80	4	80	4	80			400
	Horário de Estudo I	2	40			2	40	2	40	3	60	2	40	220
	Horário de Estudo II	1	20					2	40	2	40	1	20	120
	Projeto de Vida	3	60	3	60	1	20	1	20	1	20			180
	Oficina de Redação					1	20	1	20	1	20			60
	Empreendedorismo	2	40	2	40									80
	Formação para a Cidadania	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Projetos Interdisciplinares I	1	20			2	40	2	40	3	60	2	40	200
	Projetos Interdisciplinares II							1	20	2	40			60
	Mundo do Trabalho	2	40	1	20	1	20	1	20					100
	Preparação e Avaliação da Prática de Estágio											5	100	100
	SUBTOTAL		16	320	11	220	12	240	15	300	17	340	11	220
TOTAL		45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	5.400

Janeiro de 2020